

O Brasil nas mãos do imperialismo

O discurso de Figueiredo na ONU traz a marca da impotência diante da grave crise que abala o país, preso nas tenazes da dívida externa e sob a pressão dos banqueiros internacionais. Aqui, um balanço da política externa brasileira e a força do imperialismo no país (pgs. 2 e 3)

Peemedebistas têm maioria no Congresso da UNE

Contrariando as tendências que apontavam o crescimento das forças de oposição, a atual diretoria manteve o controle sobre a entidade. Pesou muito a força do aparelho (pgs. 14 e 15)

A social- democracia na hora da verdade

Os governos burgueses na Europa passam por um período de forte instabilidade diante da crise econômica. Aumenta a pressão sobre a política da conciliação de classes (pgs. 8 e 9)

Força e festa no movimento de mulheres

Em Minas, milhares de pessoas comparecem à manifestação organizada pelo PT. Em São Paulo, a comemoração do segundo aniversário do S.O.S. Mulher (pág. 13).

Eleições 82

PT Minas Gerais

Mudos sim. Mas, sem mordança: a decisão do TRE



A Lei Falcão exposta ao ridículo no julgamento do TRE mineiro que proibiu os candidatos de aparecerem na TV com uma tarja preta em suas bocas (Pág. 4)

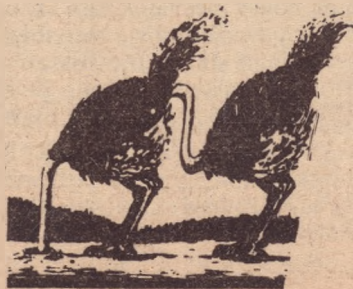
Rio de Janeiro

O significado da ascensão do brizolismo



Montado na oratória de velho estilo populista, Brizola marca pontos eleitorais. Mas promete governar com o programa da Federação das Indústrias (pág. 6).

Política do medo



Com o declínio da candidatura de Miro Teixeira, a tese do voto útil desmorona. O PC agora acena com a política do medo. Leia na página 4 e editorial na página 3.

História



A fúria de Marx diante da proposta de participação dos operários em governos da burguesia
Pág. 7

Política externa brasileira

Do anti-comunismo militante ao pragmatismo responsável

De organizador da repressão internacional no continente, o Brasil passou a desenvolver uma política mais autônoma frente ao imperialismo norte-americano, evitando entretanto maiores confrontos e rupturas.

Por Juarez Guimarães

O discurso do general Castello Branco no Instituto Rio Branco, em maio de 1964, marcava com precisão de régua e compasso os caminhos que o governo pretendia seguir em sua política externa: "a expressão política de independência tem sido deturpada e perdeu a utilidade respectiva. Foi apresentada como inelutável inovação, desconhecendo que o conceito de independência só é operacional dentro de determinadas condições práticas. Trata-se de um objetivo e não de um método. O presente contexto de uma confrontação de poderes (...) com o radical divórcio político e ideológico entre os dois respectivos centros, a apresentação da independência pressupõe a aceitação de um certo grau de interdependência, quer no campo militar, quer no econômico e quer político".

Justificado nesta concepção do mundo, da tomada de posição inevitável entre dois campos em confrontação, os generais brasileiros transpuseram para o plano internacional o anti-comunismo que comandava as suas ações no plano interno. Assim, em 1965 o Brasil enviava tropas para esmagar um movimento de cunho nacionalista na República Dominicana; no final dos anos sessenta e no início da década de 70 seria um componente chave para a constituição e treinamento de forças repressivas à esquerda em vários países do continente.

Um episódio especial, já reconstituído pela revista *Veja*, foi a participação do governo brasileiro na derrubada do presidente nacionalista Juan Torres, na Bolívia, em 1971. Em São Paulo, sob a capa de um centro de estudos, se reuniam os principais conspiradores do golpe militar. Iniciado o movimento pela derrubada de Juan Torres, três aviões Hércules da FAB, disfarçados com as cores bolivianas, forneceram armas para guarnições que se rebelaram contra Torres, particularmente aquelas de Santa Cruz de la Sierra; por terra, vindo do Brasil, um grupo de exilados tomaria a guarnição de Porto Suarez na fronteira. Depois do golpe, a agência do Banco do Brasil em La Paz distribuiria caixinhas de fósforo para seus clientes com os dizeres em espanhol: "Bolívia, ame-a ou deixe-a".

Autonomia relativa

Esta política tinha como componente central a completa e estrita subordinação da política externa brasileira à função de guarda dos interesses do imperialismo norte-americano. É esta característica que vai sendo progressivamente alterada à medida em que a afirmação do Brasil

como uma potência capitalista emergente vai esbarrando em contradições com a política externa norte-americana. A conjuntura internacional favorecia este movimento de uma autonomia relativa da política externa brasileira com o aprofundamento da crise de liderança dos EUA no mundo capitalista, agravada com a derrota no Vietnã e o desenvolvimento da concorrência do capitalismo europeu e japonês. No campo econômico, o peso atingido pela economia brasileira (8º PIB do mundo capitalista) e o acesso a um amplo mercado financeiro privado, fora do controle dos governos dos EUA, reforçavam tendências no mesmo sentido. Finalmente, o projeto de distensão era difícil de ser compatibilizado com uma política rigidamente anti-comunista no plano internacional.

É interessante neste sentido constatar que os primeiros choques com os EUA ocorreram no campo da afirmação do Brasil como potência capitalista. Foi assim com a afirmação do direito a uma faixa territorial de 200 milhas no mar; com a reação brasileira à decisão norte-americana de não garantir o processamento de combustível para os reatores nucleares, assinando um acordo comercial com a Alemanha Ocidental; com o rompimento dos acordos de cooperação militar pelo governo Geisel e o desenvolvimento de uma indústria bélica responsável inclusive pela exportação de um bilhão de dólares em armamentos no ano passado.

Esta autonomia foi sendo aprofundada no correr do tempo, ganhando uma certa dinâmica própria e tem resistido às recentes tentativas de enquadramento do governo Reagan. Os exemplos mais significativos foram a recusa em dar cobertura política e diplomática à intervenção direta dos EUA na América Central e a não participação na formação de uma organização militar similar à OTAN em conjunto com a Argentina e África do Sul para o Atlântico Sul.

Uma política pragmática

A marca própria da política externa brasileira vem sendo, de um lado, a busca de uma não confrontação mais importante com os EUA e, de outro, uma adaptação pragmática aos interesses mais imediatos do capitalismo brasileiro. É ilusório assim buscar uma coerência progressista na política externa brasileira, no sentido de estimular a luta dos trabalhadores ou movimentos e ações de cunho anti-imperialista.

Com as demais ditaduras do Cone Sul, o país tem mantido um relacionamento



Figueiredo e Reaga: a providencial visita em momento de desgaste dos EU durante a guerra das Malvinas

diplomático e político amistoso. A visita de Figueiredo ao Chile em um momento de grande isolamento internacional do regime de Pinochet significou claramente o seu reforço; o Brasil se absteve de emitir qualquer protesto ou condenação ao golpe na Eolúvia que impediu a posse do candidato eleito Siles Suazo; foi principalmente devido a acordos com outras ditaduras que o governo brasileiro tomou a iniciativa de fazer aprovar o Estatuto dos Estrangeiros, base legal de perseguição dos inúmeros refugiados políticos que moram no país.

Apesar do governo brasileiro não ter apoiado um plano mais ousado de intervenção americana em El Salvador, o chanceler Sarney Guerreiro já afirmou várias vezes, em entrevista, que juridicamente a ajuda militar à Junta salvadorenha pelos Estados Unidos, desde o governo Carter, é legítima. E o Brasil não seguiu a iniciativa da França e México reconhecendo a legitimidade da FDR salvadorenha. Mantém ainda uma política de isolamento diplomático a Cuba, abstando-se em 1974 em uma votação sobre a suspensão das sanções aquele país.

No Oriente Médio, a posição do governo brasileiro não tira maiores consequências de uma posição de apoio tímido à causa palestina, posição que tem a ver com a dependência econômica da importação petrolífera de vários países árabes. À OLP, por exemplo, foi cedido o direito de instalar um escritório mas sem prerrogativas diplomáticas e após um longo período de negociações.

O Brasil tem adotado também uma política agressiva de relacionamento com países africanos mais emancipados em um esforço claramente vinculado ao acesso de novos mercados para exportação. Foi o primeiro país a reconhecer a independência da Guiné-Bissau e o primeiro também a reconhecer o governo do MPLA em Angola. Mas mantém ainda relações diplomáticas com o governo racista da África do Sul, embora o condene formalmente em vários foruns internacionais.

As relações com o Leste Europeu,

aproveitando-se de um período de menor tensão no plano internacional, têm sido marcadas pelo pragmatismo econômico, de aproveitamento de oportunidades. Hoje, o país dedica 10% de suas exportações aos países do Leste Europeu.

Fugindo a um confronto diplomático mais sistemático com os EUA, o Brasil manteve uma posição no fundo neutra em relação à guerra das Malvinas, abstando-se de liderar qualquer movimento maior pela extinção do TIAR e da OEA, organismos vinculados às tentativas dos EUA de organizar a sua política no continente.

País dependente

Os limites de uma maior autonomia da política brasileira em relação aos EUA estão dados, de um lado, pela condição do Brasil como país dependente e, de outro, pelo fato do regime vigente ser a expressão maior dos interesses de um capitalismo profundamente internacionalizado.

A aspiração por uma política terceiro-mundista, expressão de um governo nacionalista no plano internacional, foi por muito tempo a marca das plataformas políticas das forças políticas que hegemonizavam o movimento operário e largas parcelas do movimento popular. O eixo desta política era o estabelecimento de uma aliança dos trabalhadores com um setor da burguesia nacional que se analisava de interesses profundamente contraditórios com o imperialismo.

O golpe militar de 64 e o desenvolvimento do capitalismo brasileiro que ocorreu na sua esteira sepultou de vez estas ilusões. Os setores mais importantes do capital nacional que em 64 prestaram franco apoio ao golpe, aprofundaram a partir daí as suas ligações com o capital estrangeiro ou cederam seu lugar a este.

Estas características estruturais marcam o limite da autonomia da política externa brasileira. Pois não há como se confrontar de maneira mais ampla com o imperialismo sem provocar um processo profundo de desestabilização político do regime que se apoia exatamente nas forças do grande capital, multinacional.

EM TEMPO:

Conselho Editorial: Aloísio Marques, Álvaro Merlo, Américo Bernardes, Antonio Helder, Carlos Henrique Arabe, Flávio Andrade, Joaquim Soriano, José Luis Nadai, Juarez Guimarães, Julio Favares, Luci Ayala, Marcio Gomes, Osvaldo Carvalho, Raul Pont, Regis Moraes, Virginia Pinheiro.

Colunista Responsável: Vilma Amaro - Reg. MTPS nº 9.149.

EM TEMPO é uma publicação da Editora Aparte Ltda. R. Francisco Leitão, 57 - Pinheiros, São Paulo, CEP 05414. Fone: 852-8880 - CGC: 46.093.589/0001-10.

Sucursais: Belo Horizonte: R. da Bahia, 1148 - 12º andar - sala 1203; Porto Alegre: Av. Osvaldo Aranha, 1407 - loja 20; Rio de Janeiro: Rua Senador Dantas, 117 - sala 1414 - Vitória - Caixa Postal 1427.

Produção Gráfica:
CIA. EDITORA JORJES
Fotocomposição, Fitolito e Impressão
Rua Artur de Azevedo 1977
Fones: 212-5061 • 814-4046 • 813-7031

Figueiredo na ONU

O discurso da Impotência

Do discurso de Figueiredo na ONU não se extrai uma medida sequer que atenua a grave crise do país, esmagado pelas tenazes da dívida externa.

Do retórico discurso de Figueiredo na ONU, não se extrai uma medida sequer, qualquer proposta consequente no sentido de se enfrentar ou ao menos se atenuar a grave crise porque passa o país, esmagado pelas tenazes da dívida externa. Como de praxe, é nos bastidores e não no cenário onde o verdadeiro drama se passa.

Noticiou-se que os ministros Delfim Neto e Ernane Galvêas, em contacto com os principais dirigentes dos bancos internacionais e autoridades do governo americano durante a visita que fizeram aos EUA, concluíram um acordo através do qual em troca de fortes medidas de austeridade se garantiria o fluxo dos empréstimos necessários para se fechar o Balanço de Pagamentos. Em troca da não ida ao Fundo Monetário Internacional, aprofunda-se no caminho do receituário de medidas e econômicas propostas pelo órgão. Não teriam outro sentido as medidas de economia de guerra recém anunciadas pelo ministro Ernane Galvêas.

Falam com mais eloquência as condições do empréstimo recém obtido pelo ministro Delfim Neto no Japão para a Eletrobrás. De um volume de 75 milhões de dólares, 20% são amarrados ao compromisso de se importar do Japão um tal volume de dinheiro em equipamentos; os restantes 80% vão ser repassados à CBC-Indústrias Pesadas que nada mais é do que um grupo pertencente a Kawasaki, conglomerado japonês que detém o seu controle acionário. Enfim, um empréstimo de matriz para subsidiária que deverá fabricar os equipamentos necessários à construção da termelétrica em Balbina, próximo a Manaus.

Internacionalização

Pesa agora não apenas a dependência do país à continuidade dos empréstimos dos grandes conglomerados financeiros internacionais para continuar rolando a dívida. O espaço de manobra do regime é inversamente proporcional ao grau de internacionalização da economia brasileira e à profundidade dos compromissos com o grande capital multinacional aqui instalado.

E neste campo, a realidade é devastadora. Já em 1970, as empresas multinacionais dominavam a produção de bens duráveis de consumo (automóveis, eletrodomésticos etc) com 85% das vendas; participavam majoritariamente na produção de bens de capital (máquinas, equipamentos etc), com 57% das vendas. Nos dois outros subsectores da indústria, menos rentáveis, o capital internacional ocupa um lugar de relevo de acordo com os dados da FINEP para o ano de 1978: era responsável por 43% das vendas do setor de bens de consumo não duráveis e 37% das vendas dos bens intermediários (bens que não são usados diretamente para consumo).

Por outro lado, uma pesquisa recente do Conselho Nacional de Pesquisa indica que o capital estrangeiro é responsável por quase metade da produção entre as 50 maiores empresas de mineração do país. Ao capital nacional, fica reservada uma posição bastante minoritária nos setores industriais menos dinâmicos e rentáveis e a hegemonia em setores como a constru-



ção civil, a prestação de serviços e a agricultura.

O caso do sistema financeiro é particular. Embora nele predomine o capital nacional, fortemente concentrado, a maior parte dos empréstimos repassados pelos bancos é feito a partir de dólares captados no exterior. As empresas multinacionais predominam também na exportação de produtos manufaturados, setor chave neste período.

Legislação permissiva

Assim, se o parque industrial brasileiro apresenta um elevado grau de internacionalização, o aproveitamento das riquezas minerais do país está crescentemente concentrados em empresas internacionais, a operacionalidade do sistema financeiro está visceralmente ligado a mecanismos de captação de dólares no exterior e as próprias exportações estão amarradas ao desempenho de empresas estrangeiras. Mas o quadro ainda não está completo.

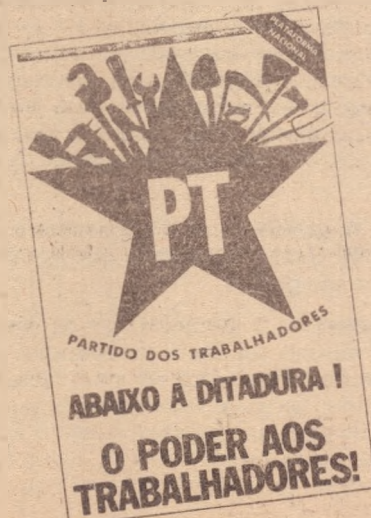
Uma outra vertente da realidade do avanço dos interesses imperialistas no país está refletido na legislação que regula a sua participação. A lei número 4.131 que regula as remessas de lucro para o exterior, datada de 1962, apesar de bastante branda é flagrantemente descumprida. Ela estabelece que a remessa acima de 12% do capital investido no país é taxada de forma progressiva pelo Imposto de Renda. Mas como não há nenhuma fiscalização, as empresas multinacionais se valem de variados artifícios para burlar a lei. As filiais, por exemplo, compram de suas matrizes equipamentos a preços bem superiores ou simplesmente computam o investimento como empréstimo a ser pago em um prazo curto e a juros altos. Por outro lado, uma pesquisa realizada pelo I.P.E.A. constatou que, através do pagamento de royalties e assistências técnicas às suas matrizes, as filiais multinacionais enviavam para fora expressiva parcela do capital investido: 13% no ramo mecânico, 23% no ramo material de transporte, 24% no ramo de material elétrico e 27% no ramo da indústria farmacêutica. É importante lembrar que o déficit na conta

de serviços (que registra o fluxo do dinheiro que entra e sai do país) sob as variadas formas) é um dos maiores responsáveis pelas dificuldades que o país enfrenta no Balanço de Pagamentos.

O mesmo ocorre com a legislação que regula a participação do capital estrangeiro na exploração das jazidas minerais do país. Pois basta o capital estrangeiros se associar com o capital nacional (mesmo mantendo o controle acionário) ou eleger um testa-de-ferro para ter acesso livremente à exploração das jazidas.

Enfim, tudo concorre no sentido de obstaculizar um enfrentamento da pressão do capital financeiro internacional neste período. Uma realidade difícil de ser alterada no quadro do regime vigente. Pois há alguma dificuldade em compreender que o regime que foi a ponta de lança da brutal internacionalização da economia do país durante estes últimos dezoito anos possa se voltar agora contra estes interesses? Que só lhe sobre o recurso da retórica?

A plataforma nacional ilustrada
Mais um serviço do EM TEMPO
à construção do PT
pedidos de remessa à
Editora Aparte



Editorial

O reformismo e a podridão

Em um primeiro momento, atacavam a formação do PT e propunham, ao invés, a estratégia de lutar pela depuração do PMDB, ir transformando-o pouco a pouco em um partido com prática e raízes populares. Mas o continuador do MDB não apenas manteve como aprofundou (inclusive com a incorporação do PP) as suas características de partido burguês, seja em sua composição, seja em sua prática clientelística e parlamentarista ou em seus métodos de funcionamento.

Por sua vez, a ideia de que o PMDB é a expressão de uma frente ampla de luta pela derrubada da ditadura e por transformações que interessam aos trabalhadores há muito perdeu o seu poder de convencimento, a moderação das propostas peemedebistas, afirmada a cada momento, prova o contrário: ele é cada vez mais candidato a fiador da conciliação com a ditadura e a burguesia.

A tese do "voto útil democrático", defendida pelo PMDB e com ênfase pelo Partido Comunista Brasileiro, surgiu neste contexto. A opção pelo PMDB não deveria surgir do confronto entre este e os demais partidos que se colocam na oposição, mas como resultado de uma lógica implacável que o apontava como único partido viável eleitoralmente. Deixar de votar no PMDB para votar em outro partido de oposição era cometer o pecado de dividir o eleitorado oposicionista, fazer o jogo do PDS.

Esta tese foi usada e abusada principalmente nos estados onde os traços conservadores do candidato peemedebista eram mais fortes. No Rio, por exemplo. No entanto, a progressão da disputa eleitoral veio a colocar em dúvida o favoritismo de Miro Teixeira, sua candidatura passa por enormes dificuldades, e a tese do voto útil cede lugar a uma outra.

O Partido Comunista Brasileiro distribuiu uma nota na qual afirma que o voto em Brizola, o candidato que surge com chances nas pesquisas eleitorais, é desaconselhável. Defende assim o voto em Miro, passando por cima da constatação de que o candidato pedetista é moderado, colocando-se como parte da oposição "responsável".

Dito na sua forma positiva, o argumento é revelador: votar em Miro, porque com este "oposicionista" no governo a ditadura não inspirará. Arguido em outro tempo é idêntico ao argumento usado sempre pela ditadura para justificar seus atos de repressão: afinal, houve radicalismo, não se acirrou a "mão estendida" de Figueiredo, a moderação.

Repulsiva, reacionária a tese deve frutificar cada vez mais à medida que cresce a luta dos trabalhadores pela democracia e aumenta a crise do regime. É quando se acirra a luta de classes que o reformismo mostra que o seu horizonte não ultrapassa de fato o marco das alianças podres na qual está envolvido.



Na boca do povo

Uma seção de dicas eleitorais



Do voto útil à política do medo



Bastou a publicação de algumas pesquisas eleitorais indicando a ascensão da candidatura Brizola em detrimento de Miro Teixeira para desencavar todos os poderes das alianças cometidas em prol da vitória do PMDB no Rio de Janeiro.

Sentindo o desgaste do chaguismo, a candidatura Miro, assessorada por cientistas políticos, procurou se deslocar da imagem de continuador do governador Chagas Freitas. Levou tão longe a manobra que provocou o desafeto do governador Carlos Chagas que, em nota lacônica, comunicou o seu afastamento da campanha. Ao mesmo tempo, abria o seu jornal **O Dia** para divulgar também a campanha do PDS e cortava a coluna que Miro mantinha no diário há dez anos.

A investida de Chagas, abrindo um flanco na candidatura peemedebista, provocou uma série de episódios reveladores. Em um debate

que trazia na mesa os representantes mais diletos da política de clientela e os assessores da campanha, visando reconciliar as diversas alas, o filósofo Leandro Konder chegou ao cúmulo de afirmar que Chagas "é um homem que praticou a política da clientela por ser a única possível".

A nota cretina ficou com Hércules Correia, dirigente do PCB e membro do antigo CGT. Agora que o argumento do voto útil está desacreditado pelas pesquisas eleitorais, ele distribuiu uma nota na qual defende o voto em Miro desenvolvendo o raciocínio de que Brizola vitorioso provocaria a intervenção do governo federal no Rio.

Por sua vez, o tom patético coube a Chico Buarque. Reunido com mais de quarenta intelectuais em sua residência, Chico depois de reclamar dos que o levaram a assinar um manifesto de apoio a Miro em nome do voto útil, desabafou ao final: "Eu não aguento mais. Quando ando pelos bares da vida, sou abordado pelas pessoas como um artista que foi comprado por Miro. Tem gente que vira para mim e pergunta na minha cara: quanto foi que você recebeu para fazer a campanha?"

Explosão à vista

Após os desentendimentos entre os candidatos ao Senado, Hélio

Navarro e Severo Gomes, o PMDB paulista dá mais uma demonstração de sua solidez. O ex-prefeito Olavo Setúbal aproveitou a inauguração da sede do comitê dos candidatos Caio Pompeu de Toledo, Waldemar Chubaci e Wilson Barbosa para fazer uma clara indicação de voto aos filiados do extinto PP.

"Continuo com meu firme propósito de participar na formação de um novo partido político no Brasil. Estou convicto de que é absolutamente necessária a formação de um partido moderno, liberal, de centro que tenha a visão econômica da livre iniciativa", completou o banqueiro Olavo Setúbal.

Política do medo II

"Vejam um exemplo concreto. Os novos governadores tomarão posse em março do ano que vem, ao mesmo tempo que se inicia no ABC, em São Paulo, a campanha dos metalúrgicos. Ora, a intransigência patronal poderá levar à eclosão de greves. Uma situação deste tipo pode ser manipulada pelo governo federal para justificar uma intervenção ou, no mínimo, uma quebra da unidade das oposições".

De Hugo Perez, membro da pró-CUT e candidato a deputado federal pelo PMDB paulista em um artigo publicado no dia 10 último na **Folha de São Paulo** já antecipando a teoria de que não é hora de greves.

Recepção calorosa



A receptividade da campanha de Montoro nas fábricas pode ser medida pela calorosa recepção que os metalúrgicos da Villares prestaram a sua comitiva.

Cercado por todo um aparato de carros e de apoiadores, postado diante de uma massa de metalúrgicos, o candidato peemedebista viu-se logo confrontado com duas perguntas: a primeira se era verdade que o salário de uma das suas aposentadorias era maior que o salário do metalúrgico e a segunda inquirindo o senador sobre o que era oposição confiável. Companheiros, esta é uma pergunta que interessa ao PDS" começou a dizer o senador. Mas não disse porque uma sonora vaia o impediu de completar o raciocínio. E sob uma onda de vaia teve que se retirar do local.

Montoro tem investido muito no voto dos trabalhadores. A sua apresentação na TV provocativamente o apelida de ex-ministro dos trabalhadores, de senador dos trabalhadores e futuro governador dos tra-

balhadores. Uma rica cartilha de vinte páginas, intitulada o "abc dos direitos do trabalhador" foi distribuída em massa nas fábricas. Montoro se apresenta como aquele que "depois de Getúlio Vargas, fez mais leis em favor dos trabalhadores". O caderno, uma listagem dos direitos trabalhistas, não faz uma menção sequer às lutas que estiveram por detrás destas conquistas. E chega a afirmar que antes destas leis, "o trabalho era considerado mercadoria, sujeita à lei da oferta e da procura". Isto em um momento em que milhões de trabalhadores estão desempregados, jogados na marginalidade como artigo de terceira qualidade pelos capitalistas.

Mudos sem mordada



Por 5 votos a 0, o Tribunal Regional Eleitoral negou ao PT mineiro o direito de voltar a ter estampado nas telas da TV os seus candidatos mudos com uma tarja preta nas bocas. O argumento do juiz interpretava o gesto como uma crítica às instituições.

Explorando o ridículo da Lei Falcão, o advogado do PT chegou a argumentar que o texto da lei não prescreve se o candidato "deve estar sorridente ou triste, com óculos ou sem óculos, esperançoso ou desiludido, acenando com a mão ou fazendo o "V" da vitória, com tarja ou sem tarja."

Portanto, os candidatos do PT mineiro continuam amordaçados. Mas sem mordada.

Manoel Pereira

Organizar os conselhos populares

Manoel Pereira é candidato a prefeito de Carapicuíba, cidade localizada na região da grande São Paulo. Alagoano, sua história é a mesma de centenas de migrantes nordestinos. De família de posseiros, veio para São Paulo, expulso da terra pela grilagem e em busca de uma vida melhor. Na capital, fez de tudo para sobreviver: foi engraxate, vendedor de sorvete, marceneiro, gráfico e finalmente, metalúrgico. Trabalhou na Siemens, Bardella, Movicarga, sendo o primeiro delegado sindical de base de Osasco.

Abraçando a idéia de um partido operário independente desde o início, foi fundador do PT e é presidente do diretório de Carapicuíba desde a sua fundação.

— Fale sobre Carapicuíba e os passos de sua campanha...

Manoel — Olha, Carapicuíba não tem quase nenhuma fábrica ou negócio

grande. É uma cidade dormitório, onde a imensa maioria dos moradores são operários que trabalham em Osasco ou em São Paulo. Nossa campanha está a todo vapor. Lula é uma grande referência para a classe e há uma identificação espontânea com a proposta do PT. O que aparece de gente querendo dar uma mão, colaborar na campanha não está escrito. Nós até temos pouca perna para correr tanto. A grande dificuldade é a falta de dinheiro, o material de propaganda que é caro.

— A prefeitura de Carapicuíba é do PMDB. Qual o significado que isto traz para a campanha?

Manoel — A administração de Antonio Faustino foi cheia de episódios de corrupção. Para você ter uma idéia, o prefeito se licenciou para concorrer a uma vaga de deputado estadual e nem o vice-prefeito, nem o presidente da Câmara dos Vereadores quiseram concluir o manda-



to, com medo de perder a chance de disputar as eleições.

— Em Carapicuíba, o PT sai com duas legendas. Isso não é negativo para o partido?

Manoel — A sublegenda surgiu porque não conseguimos conciliar as divergências internas do partido no município. Isto para mim é péssimo porque repete, em parte, a prática dos

outros partidos. Debilita as propostas partidárias e unitárias que o PT apresenta.

— Qual a diferença central entre as propostas de vocês, da legenda 1, e dos outros companheiros da legenda 2?

Manoel — Creio que a nossa prioridade absoluta ao movimento sindical. Construir o PT como uma ferramenta de avanço para a classe trabalhadora, com uma linha clara de ação para o movimento operário e popular. Mas o fundamental é levar adiante a proposta do PT de organizar um governo baseado em conselhos populares, onde participem delegados eleitos pelos trabalhadores nos bairros, locais de trabalho etc. Isso é o mais importante: a nossa identificação com a classe trabalhadora não vem apenas de nossa origem mas de nossa proposta de trabalho. Não queremos, como dizem os outros partidos, "representar o povo". O povo não tem outro representante senão a si próprio.

"Projeto de Programa Econômico do PT" Uma mudança no programa partidário?

A direção nacional do PT acaba de lançar um "Projeto Econômico", ao mesmo tempo para dentro e para fora do partido. O extenso documento, além de ser uma surpresa inesperada para a maioria dos militantes, chama a atenção pelas inúmeras contradições com os documentos oficiais do PT, em particular sua Plataforma Nacional recentemente aprovada em pré-convenção. Aqui, uma análise sintética do "Projeto".

Por Flávio Andrade

Através de entrevista coletiva à imprensa em São Paulo e algumas outras capitais, a direção nacional do PT divulgou agora no final de setembro um longo documento chamado "Projeto de Programa Econômico do PT - Uma proposta para debate". Ao mesmo tempo, como suplemento especial do *Jornal dos Trabalhadores*, o documento era impresso num formato tabloide de 24 páginas e ao preço de Cr 250,00 para a divulgação interna aos petistas.

O documento (seria ingenuidade esperar o contrário) não teve repercussão externa semelhante à do programa econômico peemedebista divulgado semanas antes com grande estardalhaço em Brasília. E, mesmo internamente, dado o momento eleitoral por um lado e o enorme tamanho e difícil linguagem do texto por outro, dificilmente o Projeto será alvo de maiores atenções, pelo menos imediatamente. Mas estes fatores não diminuem a importância de uma análise, ainda que agora sintética e preliminar, do seu significado e possíveis consequências.

O primeiro item da Plataforma Nacional diz: "Sem liberdade a vida não vai mudar, pelo fim da ditadura militar." Mas o "Projeto Econômico" ignora por completo a ditadura e suas implicações políticas e, nem uma vez sequer, chega a mencioná-la.

A história do documento é longa: há quase um ano atrás ele foi anunciado numa reunião do Diretório Nacional; cópias de uma versão preliminar foram então distribuídas aos seus membros e Lula, diretamente, mas sem explicar exatamente o porquê, insistiu que a discussão deveria se dar exclusivamente no âmbito do Diretório, lançando um apelo contra qualquer vazamento do texto para fora da instância. O Diretório, sucessivas vezes, pautou a discussão do Projeto; mas nunca chegou a propriamente discutir o documento. E assim foi indo até que na sua última reunião, no mês passado, a direção resolveu divulgar o texto de qualquer maneira e já — apenas com pequenas alterações que a própria equipe de economistas que elaborara a versão preliminar (dirigida pelo professor Paul Singer, membro também do Diretório) se encarregara de fazer. E desta forma, o Projeto saiu.

O texto está dividido em 7 pontos: Introdução, Desemprego, Redistribuição de renda, Inflação, O Brasil na economia mundial, O estado e a economia e A questão da terra.

A estrutura de cada um dos pontos é semelhante: inicia-se com uma análise da realidade de cada um destes setores onde vários dados estatísticos sobre o problema são apresentados e, em seguida, centra-se a conclusão naquilo que os auto-

res entendem como "propostas de curto e médio prazo", "de emergência", "aplicáveis a curto e médio prazo, dentro da atual correlação de forças entre as classes brasileiras". Dentre estas propostas estão, entre outras, a redução da jornada de trabalho, a estabilidade no emprego, o seguro desemprego, a expansão de obras públicas e de interesse social, a reforma agrária, um novo salário mínimo, liberdade e autonomia sindical, escala móvel de salários, luta contra a carestia, renegociação da dívida externa, reforma fiscal etc.

É aí mesmo, no que aparentemente é tão simples e óbvio, que já começam a aparecer os problemas.

Em primeiro lugar, e o mais condenável e inquestionável: em meio a uma campanha eleitoral que a pré-convenção nacional do partido decidiu que deveria se pautar por uma Plataforma por ela aprovada, de repente a direção lança um Projeto contendo propostas flagrantemente contrárias àquelas da Plataforma. Por exemplo: a Plataforma defende um salário mínimo nacional "que dê para garantir ao trabalhador e à trabalhadora uma vida decente" o que, pela referência do partido ao movimento sindical, na CONCLAT, etc é aquele salário já encampado pelo movimento e calculado pelo DIEESE, que está atualmente na faixa dos Cr\$ 60 mil. Mas o Projeto, ignorando totalmente a Plataforma e o movimento sindical, propõe um salário mínimo que simplesmente recupere seu valor de 1959, e que daria atualmente cerca de Cr\$ 30 mil! Outro exemplo: a Plataforma defende a "suspensão do pagamento da dívida externa", seguida de um amplo "inquérito" sobre sua composição e condições e da "nacionalização do comércio exterior". Já o Projeto, novamente sem sequer mencionar a Plataforma (quando esta questão foi votada explicitamente na pré-convenção) entra direto no cordão da renegociação muito em voga atualmente, e num surrado terceiro mundismo que também pouco tem a ver com a política externa defendida pela Plataforma. E outro exemplo mais: ao tratar da economia e da administração pública a Plataforma defende que "todos os problemas de interesse público sejam submetidos ao controle popular". E mais adiante, "o PT buscará desde já criar as condições para a participação popular organizada e autônoma, com poder de decisão" (grifos nossos). Mas o Projeto, por seu lado, novamente ignora por completo este eixo básico da Plataforma para defender que "como primeiro passo seja restabelecido o direito dos legislativos de determinar em última instância a composição dos gastos públicos". Aos trabalhadores resta apenas o "segundo passo, a participação das organizações representativas dos trabalhadores na elaboração das propostas orçamentárias. É preciso assegurar crescente participação popular" (grifos nossos). A Plataforma é clara, fala de **controle das decisões**. Já o Projeto fica no



campo confuso e vago de um genérico participacionismo ao estilo PMDB.

Mas não é apenas neste e outros exemplos de excesso, de flagrante desrespeito à Plataforma, que o Projeto incorre. Por coerência, ele peca também por falta. A consigna nacional do PT na campanha, **Trabalho, Terra e Liberdade**, nem uma vez sequer aparece no texto. Um documento partidário que buscasse ser um detalhamento econômico da Plataforma (e é apenas isso que o Projeto poderia legitimamente pretender ser) teria que buscar uma estruturação e uma linguagem que reforçassem o sentido geral da campanha em curso. Pois do contrário, e se o Projeto é levado a sério, aquela consigna fica como se fosse mera retórica de agitação, vazia e sem consequência nas propostas concretas do partido — o que tristemente viria a repetir no PT o estilo do governo, onde os documentos partidários são para inglês ver, enquanto que o que vale mesmo são as propostas, o pensamento, a linguagem e a lógica dos técnicos e seus "projetos".

A Plataforma Nacional, assumindo as reivindicações da CONCLAT, defende um salário mínimo decente, que garanta a sobrevivência do trabalhador e sua família. Já o "Projeto" se limita a propor a luta pelo restabelecimento do salário mínimo de 1959.

Ainda a nível dos erros por falta. O primeiro item da Plataforma é "Sem liberdade a vida não vai mudar, pelo fim da ditadura militar". E para que não se pense novamente tratar-se aqui de mera retórica, é a própria Plataforma quem o explica: "Hoje em dia os poderosos dizem que a ditadura acabou e que tudo mudou com a abertura... A opressão que pesa sobre a vida dos trabalhadores brasileiros está diretamente ligada ao regime militar que ainda nos governa defendendo os interesses dos banqueiros, especuladores, latifundiários e capitalistas... lutamos para que os trabalhadores derrubem a ditadura militar e coloquem por terra não só suas leis e sua falsa justiça, mas também as bases econômicas que a sustentam".

É inegável assim que na Plataforma o primeiro objetivo da luta atual do PT é o fim da ditadura militar, pois é ela o obstáculo, a barreira imediata contra a qual vêm se chocando as lutas e mobilizações pelas reivindicações mais imediatas do movimento popular. A Plataforma

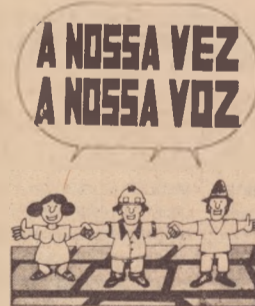
é clara: sem Liberdade não há como alcançar Trabalho nem Terra.

Já o Projeto, por seu lado, consegue a proeza de, nem uma vez pelo menos ao longo de todo o seu texto, sequer mencionar a palavra **ditadura militar**. E é assim que, ironicamente, a menção inicial da Plataforma ameaça recair sobre o próprio Projeto: "Hoje em dia os poderosos dizem que a ditadura acabou"...

Contudo, estes exemplos de contradição entre o Projeto e a Plataforma não são tudo. Eles são apenas a decorrência de uma nova visão política que o Projeto parece querer trazer para dentro do PT e cuja característica mais aparente é uma insistente classificação das propostas políticas em **lutas de curto, médio e longo prazo**.

A pré-convenção nacional, que aprovou a Plataforma do PT, explicitamente rejeitou a proposta de renegociação da dívida externa e aprovou a sua suspensão. O "Projeto" transgride frontalmente essa deliberação ao defender a renegociação.

Segundo o Projeto "O objetivo fundamental, a longo prazo, do Partido dos Trabalhadores, é a construção do socialismo no Brasil... Não é que não tenhamos pressa... (mas) o socialismo será resultado das muitas lutas que os trabalhadores forem travando e ganhando contra a opressão e a exploração". (A versão preliminar do Projeto, depois corrigida, chegava ao cúmulo de dizer que o socialismo era para o longo prazo porque hoje os trabalhadores não tinham capacidade de gerir a sociedade!!!). Hoje, aqui e agora, segundo o Projeto, devemos nos centrar em propostas "aplicáveis a curto e médio prazo dentro da atual correlação de forças entre as classes sociais brasileiras."



Esta nova "teoria" não é apenas inédita nos documentos oficiais do PT — nenhum dos textos do partido afirma que o socialismo será o resultado das muitas lutas de hoje, a longo prazo. Mais do que isso, esta visão de um socialismo passo a passo, indolor, alcançável apenas num horizonte longínquo, foi explicitamente rejeitada na última pré-convenção nacional que aprovou a Plataforma. O socialismo (assim o entenderam todos os movimentos socialistas vitoriosos e também os documentos do PT) não é questão de mais pressa ou menos "pressa", de "curto ou longo prazo", mas sim do avanço da luta dos trabalhadores pela derrubada do poder que aí está e pela conquista de um novo poder dos trabalhadores.

O que está nova teoria parece querer, ao jogar o socialismo (e junto com ele a derrubada da ditadura) para as calendas do longo prazo é afastar do PT a questão da

luta pelo poder. Embutida nas propostas econômicas, supostamente viáveis a curto prazo, está a idéia de que o PT deveria passar a girar hoje apenas em torno a lutas específicas.



E o que é pior: a suposta virtude da viabilidade a curto prazo das propostas do Projeto é ilusória e falsa, apenas explicável por uma alta dose de má fé ou ingenuidade de fundo reformistas. Dizer que a queda da ditadura e a conquista do socialismo são para o longo prazo, e que a escala móvel de salários, a estabilidade no emprego, a liberdade sindical, a reforma agrária, a estatização do sistema financeiro, a reorientação da política econômica etc (todas estas chamadas de propostas viáveis de curto prazo) são para hoje, é falso, enganoso e ilusório. Quando o que temos pela frente é uma ditadura que espanca, prende e processa nada mais nada menos que uma simples luta por 15% acima do INPC.

Enfim, o Projeto não apenas pedantemente vai contra a Plataforma do partido e muitas reivindicações já consagradas pelo movimento sindical; não apenas ignora solenemente os eixos básicos da Plataforma; mais do que isso, ele também pretende, implicitamente, trazer ao partido uma nova estratégia política, domesticando o PT e atrelando-o em torno de propostas ilusoriamente viáveis a curto prazo.

O "Projeto" gira em torno da idéia (não encontrável em nenhum documento oficial do PT) de que: o socialismo é um "resultado a longo prazo"; hoje temos que lutar por objetivos de "curto e médio prazos". Na versão preliminar do "Projeto" esta "teoria" era justificada com a alegação (pasmem-se) de que hoje os trabalhadores não estão preparados para gerir a sociedade!

Pior que isso no entanto, é a direção ter baixado sem maiores discussões um documento deste teor. E aqui, o subtítulo "Uma proposta para debate" é diversionismo.

Para um partido que faz pregação da democracia interna, da fidelidade às bandeiras do movimento popular e da rejeição às regras dadas por pequenas seitas, o Projeto é inadmissível: ele viola resoluções congressuais, ele vai contra bandeiras do movimento popular, e dita solenemente suas regras empacotadas num massudo programa elaborado por um pequeno grupo de intelectuais.

Em meio à campanha eleitoral em curso não cabe agora mais do que este sintético alerta. Mas passada esta batalha do 15 de novembro, a militância petista não poderá ficar calada diante deste Projeto.

No embate eleitoral com o chaguismo, o PDT através do candidato a governador Leonel Brizola conseguiu capitalizar a simpatia do eleitorado fluminense. Sem dúvida, a performance de Brizola nos programas de televisão, aparecendo como oposição ao chaguismo surtiu um grande efeito. Brizola insiste na tecla do voto em pessoas confiáveis apresentando para isto seu currículo de ex-governador do Rio Grande do Sul.

O velho estilo populista é recuperado quando apresenta-se como tendo "origem nas camadas mais humildes do nosso povo" e que a solução dos problemas mais sentidos pelo povo serão resolvidos pela confiança (e votos) que este povo deposite num governo que atenda, que realize. Neste sentido Brizola colabora para despolitizar o debate, para desacreditar os partidos políticos e seus programas. Este discurso atrasado de Brizola conseguiu disputar com Sandra Cavalcanti (do PTB) e tirar-lhe muitos votos.

Para a candidatura Brizola crescer junto aos trabalhadores e setores populares, contribuiu a pequena agressividade política da campanha do Partido dos Trabalhadores. Agressividade no sentido do PT ir para as ruas e apresentar a sua proposta como ocorreu durante a vinda de Lula ao Rio em 30 de setembro. A grande aceitação do PT na porta do estaleiro Caneco, as cinco mil pessoas em Nova Iguaçu, as setem mil em Niterói e as 25 mil na Cinelândia demonstram que basta o PT apresentar-se com a sua marca de partido independente, que luta contra o lucro e o poder dos patrões, para se avolumar o espaço de seu crescimento eleitoral.

Neste último mês de campanha o PT precisa continuar com

Rio de Janeiro O significado da ascensão do brizolismo

Utilizando um estilo marcante com a velha cor do populismo, Brizola vem ganhando pontos eleitorais. Mas, ao mesmo tempo, concilia com o governo federal e promete governar, se eleito, com o programa da Federação das Indústrias.

Da sucursal



Leonel Brizola, Darcy Ribeiro e Saturnino Braga, a chapa dos majoritários do PDT no Rio

o seu combate contra a ditadura e o chaguismo. Mas urge também colocar em alto e bom som as nossas críticas ao PDT, mostrar a grande distância entre o PT e o PDT. Tais diferenças são muito concretas e fáceis de serem apresentadas.

O PDT e Brizola a todo momento reivindicam a herança de Getúlio Vargas. O PT não só rejeita esta herança como condena a ditadura de Vargas que criou o sindicato atrelado e o

populismo que o manteve. O PT lembra que antes de 64 trabalhador também era explorado e que o populismo quer os trabalhadores como massa de manobra para ajudar a manter os privilégios das elites dominantes.

O acordo de Brizola com os empresários

O PDT no Rio procura inserção no movimento operário e popular e o que consegue é atrair

notícios pelegos como Ataíde dos Rodoviários, candidato a deputado federal pelo PDT. No PT não há pelegos. O PT reúne, inclusive entre seus candidatos, o que tem de melhor no sindicalismo combativo. Brizola na sua pregação pública é contra o governo Chagas Freitas mas não apresenta uma outra proposta de como governar. O que é pior: no combate ao governo federal, à ditadura militar, é extremamente vacilante. Há uns tempos queria

"coroar o Figueiredo", quando do atentado do Rio Centro. Agora o *Jornal do Brasil* tenta esclarecer às parcelas da burguesia) como "não incendiário". Ele mesmo não se atrase em elogiar Figueiredo quando este se pronuncia sobre "quem ganhar, leva..."

A Federação das Indústrias do Rio de Janeiro debateu com todos os candidatos ao governo do Estado. Apresentava um documento, elaborado pela II Plenária da Indústria e do Comércio do Rio de Janeiro e pedia a opinião dos candidatos. A resposta de Brizola foi a seguinte: "Este documento elaborado pelos empresários durante a realização da II Plenária da Indústria e do Comércio do Rio de Janeiro será a base do meu programa de governo, se eleito, para o Rio de Janeiro, com alguns acréscimos e outras modificações para aprimorá-lo ainda mais em benefício do estado e do povo do Rio de Janeiro". A resposta de Lisâneas aos empresários foi a seguinte: "Li o documento e não gostei. O Programa do PT tem uma lógica oposta a ele e propõe uma política visando atender os interesses das classes trabalhadoras." E diz mais: "Está claro para o PT que estas conquistas, uma situação de igualdade só vai ser conseguida em sociedade mais justa, numa sociedade socialista". As declarações de Brizola aos empresários mostram de forma nítida as diferenças entre o PT e o PDT.

Enfim, o PDT quer apoio popular para chegar ao governo e realizar as exigências dos empresários. O PT quer chegar ao governo para ter mais um instrumento que aumente a organização e a força dos trabalhadores na luta pelo fim da ditadura e por uma sociedade sem exploradores e explorados.

OPINIÃO



Enoch Cavalcanti

Combater o cretinismo parlamentar

É importante trabalhar desde já para que os mandatos do PT sejam inteiramente submetidos ao controle das bases.

Por Enoch Cavalcanti

As eleições de 15 de novembro acontecem como mais um lance na tentativa de legitimação do regime militar, que procura manter as rédeas do poder bem curtas em suas mãos e frear a radicalização da luta dos trabalhadores. Abrindo para amplos setores do movimento popular a possibilidade de eleger representantes seus para atuarem nos parlamentos, é evidente a intenção de cooptação e de diluição da luta de classes, no sentido de garantir mais tranquilamente o prolongamento dos privilégios da burguesia exploradora.

Uma vez que o movimento operário e popular ainda não se fez forte o bastante para assumir a iniciativa política, aqueles que se alimentam da exploração do trabalho e procuram se disfarçar sob o manto mal costurado do "estado democrático", jogam nesse pleito eleitoral uma partida ardilosamente preparada, onde o objetivo maior é deter os trabalhadores, pelo maior tempo possível, no atual estágio de lutas e até mesmo fazê-los recuar para a completa desmobilização.

Evidentemente que a participação dos trabalhadores brasileiros neste pleito, num partido que assume a independência de classe

como pedra de toque da sua organização, tem uma importância vital e é um demonstrativo de que nossa massa operária, apesar dos reformistas e conciliadores ativos no seu meio, já aprendeu muito mais das contradições do atual momento político do que seus exploradores seriam capazes de esperar.

O desafio de uma participação consequente continua, todavia, colocado à medida que em regiões importantes como o Rio de Janeiro, que conhecemos mais de perto, a organização partidária não tem se mostrado tão sólida a ponto de prevenir a quebra dos preceitos da tática eleitoral. Com comitês unitários claudicantes e uma apenas razoável consolidação pelas bases, a campanha do Partido dos Trabalhadores no Rio de Janeiro revela que muito precisa ainda ser feito para evitar os desvios que podem levar muitos companheiros aos desvãos de cretinismo parlamentar.

Afinal, de conuas, o que queremos não é simplesmente eleger candidatos para atuarem como figurões nas "gaiolas de ouro" da burguesia, mas sim dar mais uma cimentada no nosso partido, avançando na sua construção como partido operário, comprometido com a revolução socialista. A classe trabalhadora já suficientemente engodada pelas diversas vertentes do oportunismo de esquerda que se espalhando a partir do Partido Comunista Brasileiro, são hoje ainda uma

praga a amarrar a caminhada para a emancipação de nossa classe.

Um controle rígido dos parlamentares

Diante da possibilidade de inovarmos a prática da campanha e a prática parlamentar, cremos que não deve haver um minuto sequer de vacilação. Por essa razão, desde já, defendemos a importância de que os mandatos a serem arrancados por nossa campanha de luta das urnas no próximo mês, venham a ser efetivamente controlados e trabalhados de acordo com os preceitos partidários.

Precisamos dar aos trabalhadores que se aproximam do PT, atraídos pela possibilidade de construção de um partido "diferente", a certeza de que não só nossos discursos, mas toda nossa prática será inovadora, revolucionária. É importante trabalhar desde já para que os mandatos do PT sejam inteiramente submetidos ao controle das bases. A melhor forma de viabilizar este controle será a garantia de que somente o referendo das bases partidárias manterá o parlamentar do PT no exercício de seu mandato.

Se já nos posicionamos numa plenária nacional pelo repúdio as candidaturas natas, devemos nos posicionar também pela avaliação anual da atuação de cada um dos nossos parlamentares, garantindo à plenária demo-

crática do partido, anível municipal, regional e nacional o poder de substituir por seu suplente o parlamentar que não acatar as orientações partidárias. Uma decisão como essa virá certamente reforçar a importância maior dos organismos do novo partido que estamos construindo em relação aos militantes elevados à categoria de parlamentares ou chefes de executivos.

É importante que se combata aqueles que, por detrás de bem estruturados discursos de ocasião, não desenvolvem desde já um compromisso real com a construção do PT e derrotar a influência de todos que procuram fazer de nosso partido uma "frente de esquerda", onde os encaminhamentos vitais são resultados dos acertos das diferentes tendências.

O PT veio para incorporar ao fazer político as amplas camadas do proletariado nacional, dando-lhe vez e voz. E esse compromisso tem que prevalecer depois do dia 15 de novembro sob o risco de jogarmos por terra muitas esperanças que hoje animam a luta independente dos trabalhadores.

* Enoch Cavalcanti é militante do núcleo do PT do centro de Nova Iguaçu, foi um dos fundadores do partido no Rio de Janeiro e disputa atualmente as eleições naquele estado como candidato à Assembleia Legislativa.

Perigo do eleitoralismo

Recebemos de Ribeirão Preto, no interior de São Paulo, um documento com o nome "Perigo do Eleitoralismo" que expressa um inconformismo profundo com a desunificação da campanha eleitoral do PT em São Paulo. O documento expressa o posicionamento da reunião regional da VI Região Administrativa e é assinado por vários companheiros petistas.

Por considerar que o documento trata de questões extremamente relevantes para os rumos do PT, publicamos a seguir a íntegra do documento.



Pela unificação da campanha

Nós, militantes do movimento popular do interior do Estado de São Paulo, resolvemos pelo irrestrito apoio a proposta do PT em 1980. Nessa ocasião esta articulação apontava para a organização da classe trabalhadora e a elevação do seu nível de consciência, além de vermos no PT a responsabilidade histórica de unificar o movimento popular no Brasil através de uma proposta definida — socialista — e que unia de imediato toda a prática combativa dos grupos sociais que se empenhavam na luta contra a exploração capitalista.

Considerávamos na época, e continuamos a acreditar, que o PT utilizaria todos os seus recursos como partido para o fortalecimento de sua atuação extraparlamentar, pois temos que o centro político de atuação no Brasil de hoje, não se encontra nas desmoralizadas casas de representação parlamentar, e sim na organização e mobilização do povo explorado.

Assim, através dessas premissas assumidas publicamente pelo nosso partido entramos nas eleições de 1982, que seriam o exato momento em que a classe dominante, à procura de um novo pacto de dominação, abre algumas comportas do sistema, tentando atrair e acomodar o movimento popular no vicioso jogo eleitoral.

Para nosso partido, também seria o exato momento de pormos em marcha a tarefa organizativa dos trabalhadores, transformando o período eleitoral num grande momento de mobilização, nucleação e propaganda do nosso programa, apesar das restritas regras do jogo.

Estaríamos então adaptando nossa tática eleitoral à tarefa-chave do nosso programa: organizar mais e mais a classe trabalhadora, inclusive antecipando nossa "vitória eleitoral" com um grande saldo organizativo.

Dentro dessa análise que acima expomos e para sermos coerentes tanto tática (eleição) como estrategicamente (organização), vemos que a estruturação da campanha eleitoral deve passar por uma verdadeira unificação de recursos e interesses partidários.

Por isso, aproveitando o documento, discordamos da decisão dos Diretórios — especificamente o de São Paulo — quando este permite a formação, pelos candidatos petistas, de escritórios particulares.

Acreditamos ser este um mau caminho para a campanha, pois com os escritórios individuais estaríamos particularizando os recursos e interesses do partido a favor de uma única candidatura, o que leva a inviabilizar a decisão coletiva, além de impedir na prática a participação de candidatos menos favorecidos economicamente.

Com os escritórios individuais estaríamos ainda abrindo a possibilidade de candidatos com maior poder econômico virem a buscar dentro de outros diretórios, apoio à sua candidatura, o que leva a quebra de compromisso de candidatos regionais que eventualmente estavam comprometidos com chapa única de sua região — geralmente tiradas em assembleias democráticas — levando assim a competição dentre os próprios candidatos locais e a fragmentação dos interesses partidários.

Gostaríamos de alertar os companheiros que essa discussão sobre a inoportunidade dos escritórios individuais é muito mais relevante do que parece, visto que a prática dos "candidatos de escritório" tem sido distante do intuito de aproveitar o momento eleitoral para aprofundarmos o grau de organização da classe trabalhadora.

Para nós, o trabalho dos candidatos deve se dar numa instância onde o interesse do partido e do conjunto dos seus filiados e militantes estejam acima de qualquer indivíduo ou fração. Entendemos que a melhor forma de se assim proceder será a formação de comitês eleitorais verdadeiramente unificados, onde seus recursos deverão ser utilizados única e exclusivamente em benefício do PT consonante com tática eleitoral; onde nossos candidatos se preocupem com o prolongamento de seus comitês para além das eleições, aproveitando mobilização pela campanha de certo local para a constituição de mais um núcleo petista. Pois do contrário, se estivermos adaptando nossa proposta a um "realismo" não muito palpável estaremos correndo o risco de transformar nosso partido num balcão de interesses.

Todos esses problemas levantados aqui nesse documento visam incrementar o debate dentro do nosso partido neste momento de trabalho árduo de uma campanha eleitoral de um partido economicamente limitado.

Achamos que o PT entrou nesta eleição para ganhar, e cremos que sairemos vitoriosos se não afastarmos da nossa proposta inicial que é **eleger se organizando**.

Subscrevem:

João Clóvis Mariano, militante de base PT Ribeirão Preto.

Ivair Ferreira, Secretário Geral PT Ribeirão Preto.

David Aidar, Candidato a Deputado Federal SP.

Gilson R. Martins, Candidato a Vice-Prefeito Franca SP.

Edmundo Octávio Raspanti, Delegado Oficial PT Ribeirão Preto.

José Ivo Vanuchi, Membro do Diretório do PT S. Joaquim da Barra SP.

O movimento operário, o poder e o parlamento

A participação em governos da burguesia

Neste número da série, começamos a descrever as principais experiências e concepções reformistas de poder. Aqui as primeiras práticas reformistas, a participação de representantes socialistas em governos da burguesia.

Um dos traços mais nítidos da política reformista no movimento operário é a defesa da participação dos socialistas em governos da burguesia, para realizar reformas que se beneficiem os trabalhadores ou para garantir a defesa da democracia. A posição com relação a esta participação tem sido um dos traços distintivos entre as correntes reformistas e revolucionárias do movimento operário, e a sua defesa caracteriza um reformismo consequente, uma concepção clara de conciliação de classes.

A primeira experiência de participação de ministros socialistas, representantes do movimento operário, em um governo burguês, se deu na França, em 1848, após a revolução de fevereiro que proclamou a república. Dois representantes dos operários participaram do governo provisório: Louis Blanc e Albert.

Louis Blanc tinha conseguido notoriedade com seu livro "A Organização do Trabalho", onde se opunha à luta de classes e defendia a tese de que era possível chegar ao socialismo a partir de oficinas organizadas pelo Estado. Foi esta concepção que tentou por em prática. Em seu livro "As Lutas de Classes na França", Marx analisou as razões do fracasso desta tentativa:

"Com pesar, e após longos debates, o Governo Provisório nomeou uma comissão especial permanente encarregada de buscar os meios de melhorar as condições das classes trabalhadoras! Esta comissão foi formada por delegados das corporações de ofício de Paris e presidida por Louis Blanc e Albert. Recebeu o Luxemburgo (no palácio) como sala de sessões. Desta forma, os representantes da classe operária eram banidos da sede do governo provisório; a parte burguesa deste conservava nas suas mãos apenas o poder do Estado real e as rédeas da administração; e, ao lado do Banco e da Bolsa, se elevava uma **sinagoga socialista** cujos grandes padres, Louis Blanc e Albert, tinham por tarefa descobrir a terra prometida, proclamar o novo evangelho e entreter o proletariado parisiense. Ao contrário de qualquer poder de Estado ordinário, não dispunham de nenhum orçamento, nenhum poder executivo. (...)

"E, entretanto, as reivindicações do proletariado parisiense, na medida em que ultrapassavam a República burguesa, não podiam ter outra existência a não ser a vida nebulosa do Luxemburgo.

"Foi junto com a burguesia que os operários fizeram a revolução de fevereiro. É ao lado da burguesia que eles procuravam fazer prevalecer seus interesses, do mesmo modo que era ao lado da maioria burguesa que tinham instalado um operário no próprio Governo Provisório. (...) Um **ministério especial do Trabalho!** Mas os ministérios das finanças, do comércio e dos trabalhos públicos não são os ministérios do trabalho burgueses? Ao lado deles, um ministério do Trabalho proletário só podia ser um ministério da impotência, um ministério dos Desejos Vãos, uma

comissão do Luxemburgo". (Marx, "A luta de classes na França").

Louis Blanc ficou pouco tempo no ministério, e nada pôde fazer. Depois dele, o primeiro socialista a participar de um governo burguês foi o também francês Alexandre Millerand, que entrou em 1899 no Ministério dirigido por Waldeck-Rousseau. O contexto era bem diferente: a França vivia um período de grande agitação anti-semita e anti-republicana por ocasião do célebre "caso Dreyfus" (oficial judeu francês acusado fraudulentamente de espionagem), e a grande justificativa da participação no governo era a necessidade de unir as forças republicanas contra a reação.

O reformismo assumido

Além da necessidade de união contra a direita, Millerand defendeu sua concepção de "socialismo reformista": "se consideramos a violência tão condenável como inútil, se as reformas legais nos parecem simultaneamente o objetivo imediato e o único processo prático para nos aproximarmos do objetivo distante, tenhamos então a coragem, de resto fácil, para nos chamarmos pelo nosso nome e de nos intitularmos reformistas, visto que o somos afinal. Levemos a coragem até o fim e, depois de nos termos pronunciado pelo método reformista,ousemos aceitar as suas condições e consequências".

Millerand foi condenado pela maioria dos socialistas franceses, embora a alguns (como Jaures) parecesse correta uma participação excepcional no governo para defender a República. Foi condenado também pela Internacional, no congresso de Paris em 1900. Mas a resolução aprovada a respeito foi bastante ambígua, pela preocupação de manter a unidade do movimento. Kautsky foi encarregado de escrever uma resolução que, segundo o historiador Cole, devia "satisfazer ao centro, desarmar a extrema esquerda sem deixar a ala direita fora da Internacional". Afinal, Millerand foi condenado, mas a participação no governo foi admitida em circunstâncias excepcionais, e nunca com a pretensão de fazer reformas ou de representar um passo para conquistar o poder.

Uma resolução apresentada pela esquerda no congresso foi rejeitada; proibia qualquer participação dos socialistas em governos burgueses, "contra a qual os socialistas têm de adotar uma atitude de oposição inflexível". Esta era na verdade a política da grande maioria dos partidos operários, embora nem sempre por razões revolucionárias: para muitos, a participação em governos de coalizão era negativa por prejudicar eleitoralmente aos socialistas, por atrasar sua chegada sozinhos ao poder.

Esta questão dividiu o movimento operário no início do século, tendo sido várias vezes citada como um divisor de águas. Contudo, ficou ainda como um episódio limitado até a guerra de 1914. Millerand inclusive, como antes dele Louis Blanc, terminou por se afastar inteiramente do movimento socialista.

A SOCIAL-DEMOCRACIA NA HORA DA VERDADE

Serão realizadas eleições gerais na Espanha, no dia 28 de outubro. Todas as pesquisas de opinião são unânimes em afirmar que o Partido Socialista Operário Espanhol (PSOE), dirigido por Felipe Gonzalez, obterá uma estrondosa vitória, confirmando a tendência apontada na eleição regional da Andaluzia, onde o PSOE obteve 52% dos votos.

Na Suécia, as eleições de 19 de setembro terminaram com seis anos de governo dos partidos burgueses. O Partido Social-Democrata (PSD), dirigido por Olof Palme, obteve 45% dos votos para o Riksdag, o parlamento de Estocolmo, o que lhe permite, com o apoio dos comunistas (5,6% dos sufrágios), formar um novo governo.

Rachaduras na dominação burguesa

Na Alemanha o Bundestag aprovou, em 1º de outubro, uma moção de "desconfiança construtiva", designando um novo chanceler, Helmut Kohl, líder do partido democrata-cristão. Esta manobra parlamentar, provocada pelo Partido Liberal, que até então integrava o governo com o PSD, provocou a queda do gabinete dirigido por Helmut Schmidt, encerrando um período de treze anos de governo da social-democracia alemã.

O fim do longo período de expansão econômica, iniciado no final dos anos 60 e que conhece um enorme aprofundamento com a atual recessão mundial, provocou uma alteração deste quadro. O debilitamento das condições estruturais, para a manutenção da estabilidade do domínio burguês conduziu, nos países da Europa latina, ao fortalecimento da social-democracia. Os Partidos Socialistas (e na Itália o PCI) tornaram-se vitais para gerir a crise, sem provocar uma radicalização política incontrolável dos trabalhadores. Para desempenhar este papel, estes partidos desfrutaram de condições privilegiadas pelo fato do proletariado não dispor ainda de caais políticos fortes para desenvolver a sua radicalização em um sentido revolucionário.

Nos países da Europa Setentrional, a maior estabilidade do domínio burgues e a ausência de

partidos comunistas expressivos têm permitido um processo mais tranquilo de mudanças de governo entre os partidos burgueses e social-democratas que aplicam, a cada momento, políticas de austeridade próprias, desgastando-se, e sendo assim "penalizados" pelas urnas.

partidos comunistas expressivos têm permitido um processo mais tranquilo de mudanças de governo entre os partidos burgueses e social-democratas que aplicam, a cada momento, políticas de austeridade próprias, desgastando-se, e sendo assim "penalizados" pelas urnas.

França

Das promessas ao arrocho

Cedendo às pressões da burguesia para uma política de austeridade, mantendo o fundamental da política de Giscard no plano internacional, o governo Mitterrand sofre um desgaste contínuo.

Desde o início, o governo Mitterrand-Mauroy vive uma contradição. Por um lado, foi eleito devido ao desejo de mudança dos trabalhadores franceses. Por outro lado, a estratégia dos partidos no governo, PS (majoritário amplamente) e PC, é de evitar qualquer confronto com o patronato.

Das duas medidas principais do governo, no campo econômico, ilustram esta contradição. O governo realizou um aumento salarial para satisfazer exigências dos trabalhadores e "relançar o consumo". Mas o aumento foi muito reduzido, e sequer teve um efeito econômico significativo.

O governo nacionalizou grandes grupos econômicos. Mas nomeou para a direção destes grupos diretores saídos do patronato e procura gerir estas empresas como puras empresas capitalistas.

Já em março, as ambiguidades da política reformista seguida tinham provocado um desencanto: realizaram-se eleições "cantonais" (os cantões são na França unidades administrativas que englobam vários municípios), e os partidos de direita saíram vitoriosos, a esquerda perdendo a maioria que tinha conquistado nas eleições de maio e junho de 1981. Houve uma abstenção significativa.

Por outro lado, desde o fim de 1981 as lutas operárias vêm aumentando, inclusive com um número significativo de greves. Os anos de 1980 e 1981 tiveram o número menor de dias de greve desde 1965; os meses de julho e agosto de 1981 registaram o ponto mais baixo, refletindo a expectativa no novo governo. Desde setembro, o quadro mudou: os trabalhadores começaram a cobrar a realização das promessas.

Outro aspecto da política do governo Mitterrand que merece ser analisado é sua política externa. A França desempenha um papel central no sistema de dominação imperialista, não apenas na Europa mas também na África. O governo PS/PC não alterou em nada a política de sustentação dos governos líderes das ex-colônias, que tinha conduzido Giscard d'Estaing a promover ações militares no Zaire, Tchad e República Centro Africana. Não alterou, também a política de apoio ao regime racista da África do Sul. No plano europeu, nenhuma resistência tem sido oferecida a escalada armamentista de Reagan. A política externa francesa somente sofreu mudanças no tocante à América Central, onde o projeto da social-democracia se choca (taticamente) com o do imperialismo ianque.

Animada com a vitória nas eleições cantonais, a direita levantou a cabeça. A tendência geral vai portanto no sentido do desgaste do governo e do crescimento da polarização social. (J.M.)

O desgate do governo

A partir de junho de 82, a política do governo PS-PC se tornou ainda mais contraditória. Sob a pressão da recessão mundial e dos seus parceiros capitalistas, o governo procedeu a uma nova desvalorização do franco (9,59% em outubro de 1981, já houvera uma de 8,5%). Além disso, estabeleceu por quatro meses o

congelamento dos preços (exceto da gasolina e de alguns produtos agrícolas) e dos salários (exceto o salário mínimo) e reduziu a assistência social.

O governo anunciou que a política de "relançamento do consumo" devia ceder lugar à ajuda ao investimento. Em um período de dificuldades era necessário um maior esforço e uma maior "solidariedade nacional".

Na verdade, esta é uma clássica política de "austeridade", isto é, de arrocho. Afasta-se mais da mudança esperada pelos trabalhadores. Certamente o governo poderá contar com o apoio das centrais sindicais: a CFDT no seu congresso aprovou antecipadamente a colaboração com o governo neste tipo de política e a CGT a aceitou. Mas não é esta a disposição dos trabalhadores. Uma prova eloquente disto é que no congresso da CFDT 30% de delegados se pronunciaram contra qualquer política de austeridade; outra é o ascenso das greves. Uma prova da falta de apoio das políticas de colaboração de classes é que prossegue o movimento de dessindicalização, apesar do aumento das lutas.

Outro aspecto da política do governo Mitterrand que merece ser analisado é sua política externa. A França desempenha um papel central no sistema de dominação imperialista, não apenas na Europa mas também na África. O governo PS/PC não alterou em nada a política de sustentação dos governos líderes das ex-colônias, que tinha conduzido Giscard d'Estaing a promover ações militares no Zaire, Tchad e República Centro Africana. Não alterou, também a política de apoio ao regime racista da África do Sul. No plano europeu, nenhuma resistência tem sido oferecida a escalada armamentista de Reagan. A política externa francesa somente sofreu mudanças no tocante à América Central, onde o projeto da social-democracia se choca (taticamente) com o do imperialismo ianque.

Animada com a vitória nas eleições cantonais, a direita levantou a cabeça. A tendência geral vai portanto no sentido do desgaste do governo e do crescimento da polarização social. (J.M.)

Em um momento em que se aprofunda a crise econômica do capitalismo, a ascensão da social-democracia reflete a radicalização do movimento operário e a tentativa de contê-lo nos limites burgueses. É quando se aceleram as suas contradições como corrente que defende uma política burguesa no interior da classe.

partidos comunistas expressivos têm permitido um processo mais tranquilo de mudanças de governo entre os partidos burgueses e social-democratas que aplicam, a cada momento, políticas de austeridade próprias, desgastando-se, e sendo assim "penalizados" pelas urnas.

Particularidades nacionais

As particularidades nacionais intervêm de forma distinta em cada processo. Na Espanha, a fragilidade das instituições democráticas burguesas, a profundidade da crise do regime a impossibilidade de se "garantir a democracia" com um aparato repressivo herdado intacto do franquismo e o contexto geral de crescente polarização social e política — com os setores mais reacionários da burguesia desenvolvendo inclusive iniciativas cada vez mais agressivas — tornam a provável vitória do PSOE um elemento explosivo, capaz de acirrar uma dinâmica irreversível de aguçamento da luta de classes. Mas para os setores mais importantes da burguesia espanhola não resta outra opção senão correr este risco se pretendem tentar conter o descontentamento das massas no quadro da

instituições "democráticas" e integrar-se no quadro da CEE.

Por outro lado, a social-democracia alemã encontra dificuldades, em contrapartida, para implementar as medidas de austeridade defendidas em bloco pela burguesia sem se alienar de sua principal base de apoio, o movimento sindical. Enfrenta, também, uma crescente crise interna, por vir há muito tempo aplicando medidas recessivas que têm golpeado o estado burguês só pode prosperar num ambiente em que os superlucros da exploração imperialista possam ser utilizados para corromper parcelas importantes do proletariado.

Percebendo essa impossibilidade básica, a tática social-democrata consiste em tentar empolgar partidos burgueses de origem populista com alguma presença de massa, procurando construir a partir daí uma alternativa burguesa às ditaduras militares. Ou seja, evitar a perigosa confrontação direta entre estados militares e movimentos populares ou proletários radicalizados e direcionar estes últimos para soluções de compromisso que preservem as características básicas da dominação burguesa. É na América Central, onde o aguçamento da luta de classes coloca a questão da destruição do poder burguês em alguns países como uma possibilidade a curto prazo, a atuação da social-democracia torna-se transparente.



Mitterrand na TV: a imagem dos impasses da social-democracia

Inglaterra

Resistindo à radicalização

Pressionado pelo movimento operário que resiste heróicamente à política de Margaret Thatcher, o Partido Trabalhista inglês golpeia com força a sua ala esquerda.

O Congresso do Labour Party (Partido Trabalhista) realizou-se em Brackpool entre 27 e 29 de setembro, tendo como dirigentes da "Tendência Militante", um grupo trotskista que se organizou há mais de 20 anos no interior do Labour, é apenas mais um episódio de uma longa luta que vem sendo conduzida pela ala esquerda do movimento operário inglês (Tony Benn, Arthur Scargill, Buckton), contra a direção do partido e da TUC.

Este setor obteve, durante uma conferência extraordinária do Labour, em 1980, uma expressiva vitória no tocante a sua democracia interna, que reduziu os poderes da bancada parlamentar e provocou a saída da ala ultradireita do partido (responsável pela formação do Partido Social Democrata).

A direção do partido, em aliança com a burocracia sindical, desde então tem empreendido sérios esforços para barrar os avanços da esquerda, que foram intensificados a partir da guerra das Malvinas. Nesta ocasião, a esquerda sustentou uma posição pacifista, e a direção o apoio à guerra. Os conservadores tiveram então seu prestígio fortalecido, reduzindo os chances do Labour reassumir o governo proximamente. A política de Foot e Healey é de "melhorar a imagem do partido" eliminando os "radicais". E eles foram vitoriosos neste Congresso, que rejeitou as propostas centrais da esquerda e diminuiu a sua representação no Comitê Executivo do partido, que é agora integrado por dezesseis representantes da direita e doze da esquerda. (J.L.)

da luta interna no Labour Party, que é integrado organizadamente pelo conjunto do movimento sindical britânico. A expulsão de alguns dirigentes da "Tendência Militante", um grupo trotskista que se organizou há mais de 20 anos no interior do Labour, é apenas mais um episódio de uma longa luta que vem sendo conduzida pela ala esquerda do movimento operário inglês (Tony Benn, Arthur Scargill, Buckton), contra a direção do partido e da TUC.

Este setor obteve, durante uma conferência extraordinária do Labour, em 1980, uma expressiva vitória no tocante a sua democracia interna, que reduziu os poderes da bancada parlamentar e provocou a saída da ala ultradireita do partido (responsável pela formação do Partido Social Democrata).

A direção do partido, em aliança com a burocracia sindical, desde então tem empreendido sérios esforços para barrar os avanços da esquerda, que foram intensificados a partir da guerra das Malvinas. Nesta ocasião, a esquerda sustentou uma posição pacifista, e a direção o apoio à guerra. Os conservadores tiveram então seu prestígio fortalecido, reduzindo os chances do Labour reassumir o governo proximamente. A política de Foot e Healey é de "melhorar a imagem do partido" eliminando os "radicais". E eles foram vitoriosos neste Congresso, que rejeitou as propostas centrais da esquerda e diminuiu a sua representação no Comitê Executivo do partido, que é agora integrado por dezesseis representantes da direita e doze da esquerda. (J.L.)

Este cenário de aguçamento da luta de classes se reflete necessariamente, no aprofundamento

América Latina

Uma ideologia exótica

Confirmando a tese dos clássicos do marxismo de que a corrupção da vanguarda só pode prosperar com os super-lucros da exploração imperialista, a social-democracia nunca fincou bem os pés em nosso maltratado continente.

Por Roberto Grum

No nosso continente mal tratado, a Social-democracia nunca fincou bem os pés. Isso comprova a ideia dos clássicos do marxismo, de que um movimento que visa incorporar a vanguarda operária no projeto do estado burguês só pode prosperar num ambiente em que os superlucros da exploração imperialista possam ser utilizados para corromper parcelas importantes do proletariado.

Percebendo essa impossibilidade básica, a tática social-democrata consiste em tentar empolgar partidos burgueses de origem populista com alguma presença de massa, procurando construir a partir daí uma alternativa burguesa às ditaduras militares. Ou seja, evitar a perigosa confrontação direta entre estados militares e movimentos populares ou proletários radicalizados e direcionar estes últimos para soluções de compromisso que preservem as características básicas da dominação burguesa. É na América Central, onde o aguçamento da luta de classes coloca a questão da destruição do poder burguês em alguns países como uma possibilidade a curto prazo, a atuação da social-democracia torna-se transparente.

Apesar de buscar a adesão à Internacional Socialista de grupos preexistentes na América Central, como o Partido Social-democrata guatemalteco, ou o PS e o Partido de Libertação Nacional da Costa Rica, o grande instrumento da social-democracia é o aparelho do PRI mexicano (Partido Revolucionário Institucional), que se cobre das glórias da revolução

mexicana de 1910-7. Muito embora seus projetos não sejam idênticos, a ambos têm interesse em se contrapor no momento à estratégia militarista de Reagan na região. E o que se torna claro é a ação da social-democracia europeia instrumentalizando um projeto em que a burguesia mexicana preserva um espaço na sua área de influência geo-econômica imediata através do qual os interesses do imperialismo europeu encontram uma cobertura política e ideológica.

Os instrumentos principais de penetração da IS no continente são a CEDAL — Centro de Estudos Democráticos da América Latina e a Fundação Friedrich Ebert, alemã, que tentam criar uma mentalidade social-democrata em vanguardas operárias e intelectuais. A ação passa também pela tentativa de se solidarizar com os campeões da luta anti-imperialista latino-americana, como Fidel e o New Jewel do Granada. As relações com estes últimos não passam de uma manobra cênica para possibilitar um mínimo de credibilidade para suas propostas perante as massas radicalizadas na América Central.

Agora, com a queda do gabinete social-democrata alemão, provavelmente assistiremos a um esfriamento da atividade da Internacional Socialista no continente pois o Partido Social-democrata alemão era o seu principal animador. Uma hipótese alternativa é a de uma ação coordenada do conjunto da Internacional Socialista, na qual o Partido Socialista francês venha a desempenhar o papel central.

Israel

O mito e a lama

É em Israel que a social-democracia, apesar da mística da origem, desnuda todo o seu conteúdo reacionário.

As últimas incursões imperialistas de Israel no Líbano, caracterizadas por uma selvageria incomum, trouxeram, em seus desdobramentos ideológicos, uma tentativa de setores sionistas de caracterizar a barbárie cometida contra os árabes palestinos e libaneses como uma exorcência no quadro histórico-político de Israel. Enfim, atos bárbaros cometidos sob a égide de um governo direitista alucinado. Não é bem assim.

Os social-democratas israelenses, assim como seus colegas europeus, nunca se opuseram a nenhuma grande medida do imperialismo. Pelo contrário, os governos trabalhistas israelenses caracterizavam-se, no front internacional, por realizar uma série de trabalhos sujos para os ianques: no seu pouco honroso currículo destaca-se o treinamento e modernização do exército racista sul-africano, o apoio a líderes africanos de ultra-direita como o ex-imperador da Etiópia Haile Salassie e o famigerado Idi Amin de Uganda.

Como se essa lista não bastasse, tivemos a colaboração com os americanos e sul-coreanos na tentativa de deter a resistência vietnamita. No capítulo das ações armadas diretas, tivemos o papel auxiliar exercido na Agressão a Suez, efetuada pela Inglaterra e França em 1956, além da guerra dos Seis Dias em 1967, quando os territórios tomados aos árabes foram ocupados

militantemente e Jerusalém, tomada aos jordanios, foi proclamada capital de Israel.

A mística da social-democracia

A maioria dessas ações de pirataria foi praticada quando estavam no governo pessoas como David Ben-Gurion, Levi Eshkol e Golda Meier, que encarnavam a mística de uma ligação da social-democracia israelense com a fermentação política que produziu o bolchevismo. Trata-se aí do grupo que originou a social-democracia israelense, o "Paole Zion", que surgiu no começo do século nos meios judeus da Europa Oriental, recrutando parcela de seus adeptos em setores operários dessas comunidades mas com clara hegemonia ideológica da pequena burguesia e financiamento da Agência Judaica, que repassava fundos (e ideologia) das comunidades prósperas (quer dizer, hegemônicas pela grande burguesia) da Europa Ocidental e EUA. Outra grande arma no arsenal ideológico dos trabalhistas está no apoio que a URSS stalinista deu à criação do Estado de Israel em 1947, concretizado pelo envio de armas checas à Haganah, o nascente exército de Israel.

Depois desse histórico, fica fácil entender o papel da social-democracia israelense nas tentativas de se alcançar a paz no Oriente Médio. Trata-se apenas de um assunto oportuno para uma das facções do "establishment" israelense fazer propaganda e tentar recuperar o poder. (R.G.)

Origem e ascensão

Exorcizando o pecado da revolução

A história da social-democracia é a trajetória de uma corrente do movimento operário que progressivamente vai perdendo suas referências revolucionárias até se tornar um braço do anti-comunismo militante. "Odeio a revolução como o pecado", chegou a afirmar um dos dirigentes históricos do partido social-democrata alemão.

Por João Machado

A atual social-democracia tem suas origens nas primeiras grandes organizações políticas de massa do proletariado, formada no fim do século XIX, fundamentalmente na Europa. Os partidos socialistas, operários, trabalhistas ou social-democratas, como se chamavam reuniram-se em 1889 na II Internacional, em torno do Partido Social-Democrata Alemão.

Em fins do século XIX e no início do século XX, a II Internacional (que no seu congresso de 1893 adotara o nome de "Partido socialista revolucionário democrático internacional") englobava a grande maioria do movimento operário, e a totalidade da corrente marxista.

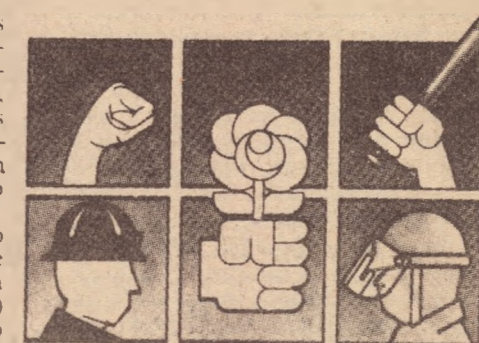
Contudo, a II Internacional não conduziu, em nenhum lugar, à realização do seu objetivo de construir o socialismo. O período de fins do século passado e do início deste foi de crescimento econômico dos países imperialistas (aos quais se limitava, quase exclusivamente, a social-democracia) e de expansão da democracia parlamentar burguesa. Nesta situação, ocorreu uma integração progressiva do aparelho dos partidos social-democratas aos Estados burgueses, e a progressiva aceitação de uma estratégia reformista de luta: era feita uma separação absoluta entre o programa máximo (o socialismo) e o programa mínimo (melhoras dentro do capitalismo), com o primeiro ficando cada vez mais para ser lembrado apenas nos dias de festa: uma separação entre a luta econômica (limitada a aspectos reivindicativos e conduzida pelos sindicatos) e a luta política (reduzida a aspectos parlamentares e eleitorais e reservada ao partido).

O marxismo, formalmente adotado, foi sendo abandonado; a concepção do Estado como sendo um aparelho de dominação de classe, que teria de ser destruído por uma revolução proletária, ficou totalmente diluída dentro de uma concepção de luta para "democratizar o Estado", agregada a uma concepção gradualista do desenvolvimento histórico.

Até 1914, estas tendências reformistas convivem com tendências revolucionárias dentro da II Internacional. Com o início da guerra, deu-se a ruptura: a maioria dos partidos social-democratas abandonou a política internacional e se uniu estreitamente à burguesia de seu país, em defesa da "pátria" ameaçada. Foi então que a ala revolucionária do movimento operário, com os bolcheviques à frente, proclamou que a II Internacional estava irremediavelmente morta para a revolução, e iniciou a construção de uma nova Internacional.

Abandonando a referência socialista

O fosso entre a ala social-democrata e a revolucionária do movimento operário se aprofundou, quando a II Internacional se opôs obstinadamente à revolução russa, e ao processo revolucionário que se abriu na Europa, sobretudo na Alemanha. Diante da revolução, o partido social-democrata alemão passou de uma adaptação ao Estado burguês e às suas instituições a uma defesa aberta deste Estado, de um "esquecimento" da revolução a uma oposição frontal a ela. Ebert, um dos seus dirigentes, disse uma frase que ficou famosa, e que resume admiravelmente o caráter de sua política: "eu odeio a revolução como o pecado". A social-democracia alemã teve uma responsabilidade direta no assassinato dos dirigentes



revolucionários do proletariado alemão, Rosa Luxemburgo e Karl Liebknecht.

Entre as duas guerras, contudo, a social-democracia ainda manteve uma referência formal ao marxismo. Depois da II Guerra, isto vai sendo deixado de lado. No Congresso de 1951, que reorganizava a II Internacional, o "socialismo democrático" é definido como a coexistência durável de um setor público e de um setor privado em expansão.

Em 1959, o congresso de Bad-Godesberg, a social-democracia alemã abandona todas as referências ao marxismo, e se pronuncia sem nenhuma ambiguidade pela "proteção da propriedade privada". No congresso internacional de 1962, a noção de exploração desaparece, substituída pela "desigualdade de chances". Assim, a questão não é lutar contra a exploração, o sistema de salários, mas garantir que a promoção social esteja ao alcance de todos e dependa do mérito.

Não menos importante, a social-democracia se coloca rotundamente ao lado do imperialismo na guerra fria, e defende a OAN. Até o início da década de 70, ela praticou um anti-comunismo militante, e se recusou sempre a alianças com os partidos "comunistas".

Partidos "operários burgueses"

Assim, a política da social-democracia se tornou completamente burguesa. Suas camadas dirigentes se distanciaram da classe operária, sendo formadas sobretudo de parlamentares, funcionários do aparelho de Estado, e pela burocracia sindical. A participação de políticos burgueses aumenta à medida que os partidos participam do governo.

Contudo, estes partidos continuaram a ser operários, tanto pela sua tradição (apesar da ruptura programática) quanto pelos seus vínculos atuais com a classe operária, sobretudo através dos sindicatos. Em muitos países, a social-democracia é o único partido de massas do movimento operário e controla o movimento sindical (Grã-Bretanha, Alemanha Ocidental).

Em outros, concorre com os PCs (França, Portugal, Espanha, Itália).

A social-democracia é reconhecida pelos trabalhadores como um partido seu, enquanto a burguesia não a reconhece como tal. Os partidos social-democratas são "partidos operários burgueses", burgueses do ponto de vista da sua política e da ideologia que difundem, operários do ponto de vista da sua base social. Representam a política burguesa no interior do movimento operário; são um instrumento para integrar na sociedade burguesa um setor organizado do movimento operário, que canalizam e controlam a radicalização dos trabalhadores.

Em uma entrevista concedida ao New York Times, Daniel Ortega, um dos líderes do governo nicaraguense, denunciava o recrudescimento da ação dos EUA visando derrubar a FSLN. "Estamos esperando para qualquer hora um ataque por terra e ar por parte de Honduras", disse Ortega. No dia 28 do mesmo mês, o comandante Hugo Torres, do Exército Popular Sandinista afirmava, em um encontro de técnicos em educação, na Nicarágua: "estamos passando pela primeira fase de uma invasão maciça. Desde o início do ano, fomos vítimas de 38 ataques de contra-revolucionários, com base em Honduras, 36 ataques a postos fronteiriços, 5 violações das águas territoriais nicaraguenses por navios americanos e 75 violações de nosso espaço aéreo. Disto tudo podemos extrair que a possibilidade de uma agressão de grande magnitude está muito próxima."

Confirmando as palavras de Ortega e Torres, o coronel Leonidas Torres Arias, ex-comandante da inteligência militar hondurenha, que desertou por discordar da guerra preparada contra a Nicarágua, afirmou em uma conferência no México: "O general Gustavo Álvarez Martínez, homem forte de Honduras, está preparando uma louca aventura. O exército hondurenho, de longe o mais forte da América Central, se reforça dia a dia. Conta com 47 aviões de combate contra os 7 nicaraguenses. Em agosto, o Congresso americano aprovou uma verba de 21 milhões de dólares para a construção de uma nova base aérea, a 25 km. da fronteira com a Nicarágua. Honduras constrói, neste momento, mais duas bases militares, financiadas pelos EUA. O imperialismo também está reforçando sua base militar na ilha de San Andrés, a apenas 120 milhas da costa nicaraguense. Cem "assessores militares" norte-americanos dirigem o exército hondurenho e a embaixada americana em Honduras expandiu o número de "voluntários" de seu "Corpo de Paz", para 210. Estima-se que o número de americanos envolvidos direta ou indiretamente com a repressão em Honduras chegue a 900".

América Central A contra-revolução afia as armas

É impressionante a combinação de preparativos do imperialismo para desencadear o ataque à revolução nicaraguense através do exército hondurenho.

Por Pedro Torquato



"Nunca como hoje foram tão reais as possibilidades de intervenção direta norte-americana na América Central", afirma por sua vez a revista internacional do Exército Guerrilheiro dos Pobres da Guatemala. E cita as evidências: os EUA instalaram uma nova base em Key West, Flórida, cujas "forças de mobilização rápida" apontam na direção da América Central; durante o mês de agosto, forças conjuntas norte-americanas e hondurenhas realizaram manobras na fronteira de

Honduras com a Nicarágua, com o desembarque de seis mil marines norte-americanos; recentemente foi aprovada a Emenda Symms que autoriza a administração Reagan a enviar tropas norte-americanas a qualquer país da América Central".

Defender a revolução

Ao lado desta impressionante ameaça externa ao regime revolucionário da Nicarágua, dentro do país, uma quinta

coluna tenta sabotar os ganhos da revolução. Esta quinta coluna, além dos inúmeros ex-somozistas, conta com alguns setores da Igreja, que comandados pelo arcebispo de Manágua, Dom Miguel Obando y Bravo, tentam conferir à luta entre trabalhadores e camponeses, de um lado, e a burguesia, de outro, um caráter de "luta pela liberdade religiosa". A provocação levada à frente pela hierarquia clerical chegou ao ponto máximo no dia 16 de agosto quando bandos de jovens de classe média abastada e da burguesia, tendo a frente alguns religiosos, tomaram uma escola cristã em Masaya, fazendo disparos contra uma manifestação pacífica de católicos em apoio ao governo. As milícias sandinistas intervieram, prendendo os provocadores que saíram a proclamar pela imprensa burguesa uma "revolta popular" em Masaya contra o sandinismo.

"Defender a revolução para construir o socialismo", bandeira das comemorações do 1º de maio, parece resumir o aspecto central da preocupação dos sandinistas nesta conjuntura. Preocupação que parece confirmada pelas palavras do secretário da Central Sandinista dos Trabalhadores, Lúcio Gimenez, em um número recente do jornal Barricada: "Nós, trabalhadores, operários, camponeses, sob a direção da FSLN, tomamos o poder para operar mudanças substanciais e transformar radicalmente a estrutura econômica e social do país. Estamos convencidos de que apenas uma alteração dessa profundidade satisfará definitivamente os interesses dos oprimidos. Desta forma, defendemos as conquistas da revolução. Não estamos preparados para devolver as terras, as fábricas, os bancos nem para ver desaparecer a lei da reforma agrária. Estamos lutando para manter estas conquistas, mas também para garantir um futuro em que não exista a exploração do homem pelo homem. Um futuro em que os trabalhadores e o povo recebam totalmente os benefícios de seu trabalho. Em outras palavras, estamos lutando pelo socialismo."

SINDICAL

"Estamos colhendo em plena primavera". Com esta frase, um membro da oposição dos químicos do ABC definiu os resultados das últimas eleições sindicais. Realmente, depois dos trabalhadores em calçados de Franca e dos químicos de S. Paulo, agora, no ABC, também entre os químicos, a oposição ganhou no primeiro escrutínio, com uma diferença de mil votos. O segundo escrutínio terá que ser realizado, por imposição de portaria do Ministério do Trabalho. E a oposição vai repetir a dose.

Em S. Paulo, os condutores de veículos prometem seguir o caminho de seus companheiros do ABC, onde a oposição dos motoristas já ganhou o sindicato. De 25 a 31 de outubro, eleições com os pés do volante.

O sindicato dos condutores de SP representa, na verdade, uma categoria de mais de cem mil trabalhadores (entre motoristas e cobradores) distribuídos pelas cidades de S. Paulo, Osasco e Itapevicira. Destes, 45 mil são cobradores, motorista e pessoal de manutenção e ônibus. Entre os 18 mil associados, cerca de 15 mil estão em condições de voto. Das 29 urnas, 7 estarão fixas em garagens da Companhia Municipal (CMTC), onde se concentram 5477 votantes; 3 outras estarão na sede-SP, uma na subsele-Osasco e as restantes percorrerão as outras empresas.

Quatro chapas se apresentarão: a de nº 4, constituída a partir de um atual diretor, foi formada "a laço"; a de nº 3 se apresenta com a participação de alguns diretores e do seu lado estão os apoiadores dos jornais *Voz da Unidade*, *Tribuna da Luta Operária* e *Hora do Povo*; a de nº 2 vem apoiada por Afonso Teixeira, da Federação estadual e ex-interven-

Eleições sindicais Motoristas: engatando a marcha

Por Régis Moraes

tor, e, por alguns é chamada a "chapa do PDS". A *chapa 1* reúne dois dos atuais diretores, originados do comando de greve da categoria em 1979, somados a militantes do "Movimento de base" dos motoristas, componentes da comissão de mobilização das últimas campanhas salariais.

A exploração não tem limite

Luis Gonçalves, que encabeça a chapa 1, coça a cabeça quando se pergunta quais são os problemas da categoria. "Só tem problema, isso é o que não falta". As bandeiras centrais da chapa são: estabilidade, fim das "duas pegadas" (sistema de trabalho em dois turnos no mesmo dia, concentrados nos horários de 'rush'), fim do "carro-direto" (até mais de 12

horas de trabalho em seguida), equiparação salarial, subsele nos bairros.

"O problema começa logo na admissão", diz Luizinho. "Muitos companheiros são admitidos e ficam 3 a 6 meses sem registro, depois são demitidos e ficam na pior. E tem o galho da hora-extra, que não é registrada no cartão normal, mas numa ficha à parte, não contando para 13º, não tendo o adicional previsto em lei e outras malandragens".

Greve na hora certa

"O problema de nossa categoria é que uma greve logo se transforma em greve política. Prá começar, somos enquadrados no famigerado decreto 1632, que proíbe greve em setores ditos essenciais.

"E veja você, como os empresários dos ônibus estão pleiteando um aumento de tarifas, eles usam essas pressões para nos deixar numa situação difícil. Eles querem nos jogar contra a opinião pública, atribuindo os preços aos nossos salários e não aos seus lucros fantásticos. Agora, por exemplo, demitem mais do que o habitual e insinuem para os trabalhadores que devem fazer greve, porque assim eles pressionam o poder público. Nós ficamos num beco, mas temos uma saída. Nós queremos parar empresa por empresa, como conseguimos em algumas delas: Tabu, Carrão, Santa Cecília e outras. Se nós fazemos greve, dizem alguns, somos massa de manobra dos patrões. Mas se não fazemos: engolimos a exploração e ainda por cima, fazemos o jogo do PDS, que quer segurar os aumentos de tarifas prá depois das eleições".

A campanha e as eleições

"Nós queremos eleições limpas. A portaria do Ministério dá ao presidente do sindicato o direito de dirigir plenamente o pleito. Acontece que o atual presidente concorre na nossa chapa, como vice. Então nós resolvemos dar uma lição de democracia que os pelegos não aplicam quando estão na diretoria. Nas nossas eleições, todas as chapas poderão ter mesários e fiscais, sem restrição. Todos têm acesso às listas de sócios."

A campanha não é fácil. Dá trabalho. Contudo, a chapa 1 sente na categoria uma boa receptividade às suas propostas. E pede o apoio dos seus simpatizantes, numa pequena sala emprestada, na Brigadeiro Luiz Antonio, nº 290, sala 75.

Os caminhos da construção da CUT

Unidade e democracia andam juntas

Entrevista com Edson Campos, bancário, membro da Comissão Nacional Pró-CUT, cujo mandato expirou em agosto deste ano, a atualmente membro da Comissão Estadual-SP pró-CUT, eleita pelo Enclat de agosto/82.

— Qual é a situação do movimento intersindical após a reunião da extinta Comissão Nacional Pró-CUT (CNPC), em 11/12 de setembro?

Edson — É uma situação de racha porque uma parcela expressiva de delegados se retirou: as intersindicais de SP, Paraná, Goiás e parte das delegações do Ceará, R.G. Sul, Minas. Isso representa parte significativa do movimento sindical nacional. O racha não se deu por simples divergência sobre número de delegados com direito a participar (3 ou 10). Há divergências de fundo sobre a legitimidade da reunião, após o término do mandato. A reunião não seria instância legítima para decidir encaminhamentos que contrariassem a I Conclat e os Enclats. No máximo, teria autoridade para formar uma comissão organizadora encarregada de efetivar o Conclat 82. A nossa retirada denuncia decisões que acabariam com o processo de construção da CUT inaugurada na I Conclat.

Hoje há dois projetos de criação da CUT, bastante diversos. Um deles é baseado nas entidades sindicais como federações e confederações, que se recusaram a convocar o Conclat e pressionam os sindicatos a não participar caso o encontro seja convocado. Não somos contra a participação das federações e confederações: que elas participem, mas por dentro do processo e não por fora e por cima. As resoluções de Brasília refletem esse projeto. Exemplo típico é que as federações e confederações podem participar da CNPC desde que indicados pelos seus conselhos de representantes —

e todos sabemos o que são as eleições das federações e confederações, na atual estrutura sindical. Veja, a eleição dos representantes dos estados na CNPC seria feito pelas entidades. Isso é o contrário do processo da I Conclat. Esse mesmo processo — o método das antigas Unidades Sindicais — foi proposto e fragorosamente derrotado na I Conclat.

O outro projeto de CUT é do pessoal que se retirou: um processo de formação da CUT com base nas decisões democráticas, Enclats e Conclat. E qualquer nova CNPC tem que ser eleita por delegados escolhidos em assembleias por categoria e não pura e simplesmente em reuniões de diretores de entidades. As atitudes antidemocráticas da falecida CNPC quebraram o elo fundamental de unidade do movimento sindical: a democracia. Sem democracia, não se consegue fazer unidade.

Veja outra coisa: até a data do congresso foi novamente adiada para agosto/83. Quantas manipulações mais devemos esperar?

Nos últimos dias, um fato novo é a carta do Magri, do sindicato dos eletricitários de SP. Uma carta aos sindicalistas propondo uma forma de congresso por votos de delegação (voto de bancada: o voto dos metalúrgicos, dos têxteis etc) e não por delegado. Além disso, propõe que no próprio encontro nacional se dê mais tempo às reuniões por categoria e por estado, reduzindo assim a discussão do movimento a nível nacional. Isso é, com certeza, um balão de ensaio para as propostas futuras, tal como sua

primeira carta foi balão de ensaio para a proposta de adiamento do Conclat/82.

Quem são essas figuras? Eles não dirigiram a I Conclat. Não conseguiram inviabilizá-la ou deformá-la, como realmente tentaram, naquela ocasião, através de pressões do governo, federações etc. Foram à I Conclat e suas propostas foram vencidas. Agora, com esses métodos golpistas, tentam inviabilizar o Conclat/82 e promover, em seu lugar, um congresso em 1983, do jeito que eles querem. Isso tudo acabaria impedindo a construção de uma CUT enraizada no movimento. Eles tomaram enfim a iniciativa de rachar o movimento sindical.

— Diante disso, vocês se retiraram. Mas a Comissão Estadual pró-CUT-SP está convocando um Enclat para 21/11. Por que?

Edson — Primeiro, porque achamos que a discussão do impasse tem que se dar a nível das categorias e delegados de base e não apenas a nível de direções sindicais, de representação e sensibilidade às bases muitas vezes discutível. Continuamos fiéis ao princípio de que unidade se dá com base na democracia e não se dá fora dela. O Enclat é o caminho para isso. Além disso, a pauta do Enclat inclui a discussão das formas de organização do movimento intersindical em todo o estado, para enfrentar os ataques patronais que estão se dando e prometem aumentar depois das eleições. O Enclat anterior não discutiu suficientemente isso. Queremos evitar a situação da extinta CNPC, que não dispunha de



Edson Campos

Foto: Jesus Carlos

organismos claros de vínculo às bases, para as ações concretas. E tem mais: há duas reuniões convocadas nacionalmente: a de 27/28 de novembro, que na verdade é a posse da nova CNPC inventada em Brasília e a de 4/5 de dezembro, para discutir um melhor processo de formação da CNPC, é aquela reunião que vocês do EM TEMPO divulgaram no número anterior do jornal.

Para nós, a reunião que retoma o fio de continuidade do processo inaugurado pela Conclat é a de 4/5. Mas queremos discutir isso no Enclat.

— E já existe algum plano de organização a nível estadual?

Edson — A preocupação que a CNPC-SP não fique em torno de si mesma. Temos que realizar encontros de trabalhadores a nível de município, região, imprimindo um enraizamento de base. Uma das propostas na última reunião foi começar a preparar uma manifestação contra o desemprego, a 5/11. Uma manifestação de caráter sindical, com o objetivo de mostrar que denunciamos e exigimos a solução desse problema. É também uma advertência ao conjunto do movimento sindical de que a tendência é de agravamento disso e que se a classe trabalhadora não estiver organizada, arrisca-se a engolir mais miséria e exploração. Não se trata apenas de manifestação contra o desemprego, mas contra o fim dos reajustes semestrais, pacotes da previdência e outras medidas econômicas que estão prometidas para depois das eleições.

Traição em Contagem

Rompendo a campanha unificada, sem consultar sequer a base de sua categoria, a diretoria do sindicato de Belo Horizonte-Contagem concluiu um acordo rebaixado com os patrões.

Da sucursal

No último dia 3, a assembleia unificada dos metalúrgicos de Belo Horizonte-Contagem, João Monlevade e Betim terminou em tumulto. João Silveira, há mais de dez anos encastelado no sindicato, acabou apanhando dentro da sua própria entidade. A principal razão da briga foi a quebra da unidade promovida pela diretoria atual do sindicato que assinou um acordo isolado com os patrões apesar de estar, pelo menos formalmente, em campanha unificada com outros sete sindicatos (João Monlevade, Betim, Sabará, Itauna, Caeté, Três Corações e Sete Lagoas).

A unificação se iniciou em agosto quando as diretorias se reuniram e definiram uma pauta comum de reivindicações cujos itens principais eram 15% de produtividade, estabilidade por um ano, 40 horas semanais sem redução de salários. A pauta foi aprovada em assembleias por sindicato e a campanha se iniciou com as negociações. Um problema que pode ser identificado já neste momento foi o fato de não se fazerem assembleias inter-sindicais e não ter se constituído uma comissão única de negociações. O resultado foi que a unificação ficou por cima e as negociações se deram em separado, enfraquecendo a força dos metalúrgicos diante dos patrões.



Foto: Gonçalo Abreu

João Silveira, o pelego, traiu novamente

A campanha em cada sindicato foi bastante esvaziada com participação de poucos operários das maiores fábricas. Em Belo Horizonte-Contagem, por exemplo, onde a categoria abrange 65 mil trabalhadores, a maior assembleia tinha trezentas pessoas. Uma exceção foi João Monlevade onde houve

assembleias massivas e agora, no final da campanha, Betim, onde a pós um bom trabalho principalmente na FIAT, a campanha cresceu bastante. A razão deste esvaziamento não pode ser imputada a um desânimo dos metalúrgicos mineiros mas a problemas de direção nos sindicatos já que um trabalho miúdo e constante no interior das fábricas praticamente inexistente na maioria das categorias e principalmente em Belo Horizonte-Contagem.

Traição

O desfecho da campanha foi o pior possível. O sindicato de Belo Horizonte-Contagem assinou um acordo à revelia dos outros e sem ao menos fazer uma assembleia na própria categoria. As bases do acordo foram 4% de produtividade (qualquer tribunal está dando este percentual), parcelamento no pagamento da hora extra e garantia de salário até dezembro (o que não é nenhum avanço pois foi conseguido no ano passado, quando os patrões deixaram para despedir depois do fim do ano). Um agravante é que na comissão que aprovou o acordo estavam membros da chapa 2, de oposição. Entre eles, o seu presidente, José Vieira, colaborador do Jornal Tribuna da Luta Operária.

Depois do acordo assinado, foi convocada uma assembleia unitária que contou com a participação de cerca de mil metalúrgicos, sendo aproximadamente 800 de Betim e o restante de Monlevade e Contagem. A assembleia revoltou-se com as justificativas de João Silveira, vaiando-o seguidamente e exigindo a unidade no encaminhamento do dissídio. A Diretoria e seus aliados da chapa 2 forçaram uma votação secreta entre os metalúrgicos de Contagem presentes, pressionando-os na fila onde toda a diretoria se concentrou e conseguindo a aprovação. A partir daí, o tumulto se generalizou.

Para os metalúrgicos de Contagem fica o gosto amargo da derrota. É preciso iniciar um trabalho rapidamente dentro das fábricas em Contagem, explorando os espaços do sindicato, forçando a sua abertura para acumular forças e romper a hegemonia da diretoria atual. A força potencial capaz de levar essa luta adiante é o PT que conta com um sem número de militantes atuando completamente desorganizados e sem propostas. O trabalho pode ser iniciado imediatamente formando uma comissão de apoio aos metalúrgicos de João Monlevade, Betim e Itauna que resolveram enfrentar o dissídio coletivo mesmo enfraquecidos com a traição.

Durante as jornadas grevistas de 78-79, os milhares de trabalhadores da zona canavieira de Pernambuco levantaram a cabeça e deram um basta a 15 anos de medo gerado pela intensa repressão, toda sorte de privações e péssimas condições de trabalho. Na greve que fizeram exigindo melhores salários e melhores condições de trabalho se reconheceram novamente como uma categoria, como trabalhadores organizados. Voltaram a novamente ter confiança na força de sua união e organização.

Na campanha salarial de 82, este trabalho de união e organização, entre trabalhadores que são dos mais pauperizados do país, voltou a dar frutos. Os 250 mil trabalhadores da cana-de-açúcar, numa só voz e vontade foram à greve por 2 dias até que suas reivindicações mínimas fossem atendidas pelos patrões.

Antes que as coisas piorassem para os patrões, o Tribunal Regional do Trabalho, atendeu a grande parte das exigências dos trabalhadores no dissídio de setembro: além da taxa de aumento salarial, um percentual de 4% de aumento de produtividade, a unificação salarial na zona canavieira, a obrigatoriedade do pagamento do auxílio-doença e a obrigatoriedade do desconto da mensalidade sindical.

Mas a vitória dos trabalhadores corre o risco de ter vida curta. Os usineiros e senhores de engenho impetraram recurso junto ao Tribunal Superior do Trabalho visando anular as conquistas dos canavieiros. Antes disso, souberam muito bem tirar proveito da decisão do TRT. Usaram a desculpa dos aumentos salariais para obter ainda maiores favores dos cofres do governo. Chegaram a ameaçar paralisar as atividades do corte da cana sob o pretexto de que não tinham condições de pagar o novo salário.

Sempre magnânimo, quando é para atender as gritas dos patrões, o Poder Público cedeu às exigên-

Pernambuco e Rio Grande do Norte

Greve nos canaviais

250 mil canavieiros em Pernambuco e 26 mil no Rio Grande do Norte obtêm conquistas significativas através da pressão grevista. Mas em Pernambuco, os patrões voltam a carga para anular na Justiça as conquistas dos trabalhadores.



cias: liberou metade dos financiamentos devidos pelos proprietários, o que significou manter em poder dos patrões cerca de um bilhão e quinhentos milhões de cruzeiros que deveriam retornar aos cofres públicos. E, ainda aumentou em Cr\$ 149,97 o preço da tonelada de

cana, com efeito retroativo a partir de 8/10/81.

Depois de estarem de barriga cheia, querem tirar o pouco conquistado pelos trabalhadores. Mesmo com todo tipo de arbitrariedades que sofrem no seu dia a dia, os trabalhadores estão continuando a

mobilização e prometem dessa vez levá-la até as últimas conseqüências, indo à greve novamente para resguardar as suas conquistas.

Rio Grande do Norte

Cerca de 90% de um total de 30

mil canavieiros espalhados por treze municípios do Rio Grande do Norte paralisaram por três dias o seu trabalho e obtiveram significativas conquistas. Entre elas, um piso salarial de Cr\$ 21.200,00, o direito ao salário-doença e salário-família (5% sobre o salário-mínimo por dependente), estabilidade de 60 dias para a trabalhadora gestante, proibição de contratação de empregados por empreiteiros e a vigência da "lei do sítio", através da qual o trabalhador tem acesso a dois hectares de terra do proprietário para cultivo em função de seu sustento.

A greve foi marcada todo o tempo por atos de violência dos usineiros. Em Nízia Floresta, o gerente da fazenda Bonfim ameaçou de morte os trabalhadores, para obrigá-los a retornar ao trabalho. No município de Arês, o filho do dono da Usina Estiva, acompanhado de mais de quatro homens armados, interceptaram um carro da Federação dos trabalhadores, esvaziaram os pneus e tomaram os panfletos que seriam distribuídos. Na Fazenda Limoal, a 60 quilômetros de Natal, capangas do proprietário prenderam ilegalmente Otacílio Gonzaga e Josefa Martins Reis, funcionários do sindicato local, depois de uma reunião com os trabalhadores.

Assassinato

Mais um posseiro morto covardemente. Foi no distrito de Japu, na Bahia, onde o fazendeiro Sinézio Avelino Nascimento matou a tiros o posseiro Antônio Carvalho Neto durante uma discussão sobre demarcação de terras.

A origem e o desenvolvimento inicial dos sindicatos rurais em nosso país estão ligados, em grande medida, ao impulso político e organizativo havido entre os camponeses e trabalhadores rurais no fim dos anos 50 e início dos 60. Impulso este que só pode ser compreendido analisando-se as Ligas Camponesas, que foram sua expressão máxima ao nível organizativo.

A primeira Liga surgiu em terras pernambucanas, no Engenho Galiléia. Foi criada como um organismo fundamentalmente defensivo. As terras do Engenho Galiléia tinham sido arrendadas por diversas famílias camponesas. Elas eram muito pobres, plantavam legumes e verduras. As terras começaram a ser valorizadas. O proprietário legal das terras, o "senhor do engenho", como todo bom capitalista, queria lucrar com isto. E tentou expulsar os arrendatários. Estes não tinham para onde ir. Entre a pobreza e a miséria, optaram. Começaram a lutar. Chamaram um advogado, Francisco Julião. Ele era também deputado e socialista. Ficou ao lado dos camponeses, lutou com eles. E o exemplo desta luta e da sua forma de organização passou a ser um guia para muitos outros camponeses. Surgiram, daí, as Ligas Camponesas.

Havia uma situação objetiva e política, propícia ao desenvolvimento das Ligas e das lutas camponesas. Arrendatários e assalariados rurais viviam margeando a miséria. Não havia salário mínimo rural e nem sindicatos. O latifúndio imperava. A terra improdutiva e milhares de camponeses sem terra. O "senhor de engenho", agia como dono da terra e das pessoas. Nem todos tinham consciência, mas havia também mudanças muito importantes no quadro das forças na região. A vitória das forças que se opunham ao PSD, partido que tradicionalmente mandava em Pernambuco e que representava as forças mais reacionárias e os latifundiários, era uma expressão disto. As condições estavam dadas, portanto, para o desenvolvimento das Ligas. E elas cresceram rapidamente em Pernambuco, passaram para a Paraíba, chegaram ao Rio Grande do Norte e Alagoas, romperam as fronteiras do Nordeste

Memória

Ligas Camponesas e sindicatos rurais

A região canavieira do nordeste, famosa pelas históricas Ligas Camponesas, volta a se agitar. Os trabalhadores que sofreram a violenta repressão dos anos 64 não se quebraram.

Renasceram, após a queimada, como os canaviais.

Aqui um pouco da memória dessa luta contada por uma de suas lideranças.

Por Aybirê Ferreira de Sá

e chegaram a Minas e até mesmo ao RGS demonstrando que havia muito de semelhante entre estados e regiões diversas.

Reação contra as Ligas

Na Paraíba, na região de Sapé, a Liga Camponesa ficou muito forte. Surgiu um dirigente muito bom e combativo. Chamava-se Pedro Teixeira. E os latifundiários o mataram, tentando matar a sua luta. Não conseguiram. A luta pela terra, pela reforma agrária tinha raízes muito fortes.

As mobilizações prosseguiram. Cada vez mais, novos companheiros entravam na luta. E o governo sentia a pressão dos que nunca tinham pressionado. Com isto, foram dadas as condições para o surgimento dos sindicatos rurais. As Ligas Camponesas eram organismos totalmente por fora das normas, da estrutura sindical existente. Eram, inclusive por isto, organismos muito mais democráticos que os sindicatos permitidos pela lei. E respondiam muito mais rápida, direta e radicalmente às pressões das massas que agrupavam. Eram organismos, por assim dizer, de democracia direta. O governo por isto permitiu e

impulsionou os sindicatos. A Igreja, então muito conservadora, reacionária até, passou a ter esta nova preocupação. Tratava-se de conter o movimento camponês.

As Ligas começam a se esvaziar. Muitos militantes das Ligas Camponesas começam a passar para os sindicatos. Era um processo normal, inclusive. Os sindicatos tinham uma tradição nacional, tinham uma força nacional. Eram reconhecidos. E, além do mais, eram bem mais definidos em termos concretos de classe. Enquanto uma Liga poderia agrupar tanto assalariados como arrendatários e até mesmo, como em algumas regiões, pequenos proprietários, os sindicatos agrupavam os assalariados rurais.

Julio Santana, que era um dos ativistas das Ligas Camponesas, passa a construir sindicatos. Rapidamente passa a ser o líder de três dos mesmos, na Zona da Mata de Pernambuco. Passa a ser, portanto, o principal líder de milhares de trabalhadores. Era uma região explosiva. Eram tempos explosivos. E surge uma imensa greve, pelo salário mínimo. Milhares e milhares de trabalhadores cruzam os braços, era a primeira greve rural estadual.

As classes dominantes se alarmam. Não tinham conseguido parar o movimento camponês. E esta greve pelo salário mínimo tocava em algo muito importante: seus lucros. E Julio Santana é preso. Assim o governo responde aos interesses dos usineiros e latifundiários. Mas os camponeses exigem a libertação do seu líder. E são milhares e milhares de camponeses. E o governo recua. Julio Santana é solto. O salário mínimo é conseguido. Os camponeses têm uma grande vitória.

Prisão e intervenção

E a luta vai assumindo novos contornos, novos desdobramentos. Surgem novas greves e novos enfrentamentos. Pouco antes do golpe, Julio Santana volta a ser preso. Em 64 a repressão foi violenta. Prisões, torturas, mortes. O reino da chibata. Os donos de terras mandavam e desmandavam. Donos de terras, senhores das leis. Senhores das leis, senhores das polícias e de capangas.

Julio Santana passou nove anos preso. Saiu doente, para logo depois morrer. As grades não lhes foram abertas durante nove anos. Não o foram porque os camponeses tinham sido derrotados, massacrada a sua vanguarda. As Ligas foram destruídas e muitos sindicatos sofreram intervenção. O sindicato rural de Barreiros, um dos que Julio liderou, muitos anos depois do golpe, ainda estava sob a intervenção. E quando, em 69, o governo resolveu retirar a mesma e permitir novas eleições, surge uma chapa que tem todas as condições de ganhar. E a polícia prende os seus principais, dirigentes, espanca-os, processa-os, acusa-os de ter tido alguma ligação (totalmente indeterminada) com grupos de esquerda. Na realidade, o fantasma do passado estava presente.

Hoje, muitos anos depois, se olharmos bem a situação dos trabalhadores rurais da nossa terra vamos verificar que as condições concretas que existiam antes do golpe, que permitiram o surgimento das Ligas e dos sindicatos, que permitiram as grandes lutas e os grandes líderes, continuam.

Dia Nacional contra a violência sobre a mulher

Desvendando o cotidiano

O dia 10 de outubro, data da fundação do S.O.S. Mulher de São Paulo, em 1980, é considerado desde o ano passado "Dia Nacional de Luta contra a violência sobre a Mulher" por todos os grupos contra a violência sobre a mulher do país. Em São Paulo o grupo de teatro do S.O.S. levou ao Parque do Ibirapuera algumas cenas, como forma de iniciar o debate, apesar do feriado e do mau tempo (a gente chega a pensar se São Pedro não é machista)

"Gostosa! Nenen!" "Quê isso, moço, me deixa em paz!" E a pergunta para a platéia: "E agora, o que a moça deve fazer?" "Fingir que não está vendo": ela faz a cena e o recurso mostra-se inútil. "Correr", "Ir com ele", "Chamar a polícia". Volta a cena, agora com um policial: ele manda a moça pra casa, que isso não é hora de ficar na rua provocando os homens. "Ela precisa é arranjar um namorado pra sair com ela". Vai à cena o namorado depois que se casou com a mocinha: uma briga por causa do arroz-feijão-e-chuchu todo dia. Afinal, lugar de mulher é na cozinha? Alguém sugere uma cena com um casal que tivesse direitos iguais. As moças do teatro mostram a mulher ensinando o marido a fazer arroz. "E devia fazer a salada, que é mais fácil". "Tem algum homem aqui que saiba fazer arroz?" Tinha um. "Quer dizer

que sem as esposas e as mães os homens não almoçam?"

A dinâmica era mais ou menos esta. Tentar provocar a reflexão no público através de pequenas cenas, os cartazes em torno dizendo coisas como: "Mais cafuné, menos pontapé" "Sim, papai. Sim, patrão. Sim, senhor. Basta!". "Quando a mulher diz não, é não!" A violência explícita, aquela que nos choca, desvendando a violência cotidiana, a discriminação, os papéis sociais desiguais.

O público era pequeno, a chuva atrapalhou, mas a iniciativa do S.O.S. Mulher de São Paulo tem uma importância política que vai além. Há um mês das eleições, outros movimentos, com formas de organização de massas consolidadas estão sofrendo do eleitoralismo. Que se dirá do movimento de mulheres, para quem as organizações de base e

massivas ainda são um desafio. Muita gente anda perguntando pra onde foi a autonomia do movimento.

Não há mistérios. A autonomia continua nas mãos daquelas que procuram construir o movimento, que tomam iniciativas unitárias. E o S.O.S. de São Paulo, apesar das muitas dificuldades, tem cumprido este papel, tem sido um pólo em torno do qual as feministas ainda poderiam se articular, como nesta comemoração. Mas tem pela frente, como todo o movimento de mulheres, a tarefa de contribuir para a organização de base, para trazer o questionamento à violência e à discriminação para o cotidiano de milhares de mulheres.

O endereço do S.O.S. é Praça Benedito Calixto 56, Pinheiros. Os plantões são nas terças e quintas feiras à tarde e a noite. (M.C.)



Minas Gerais Fala, mulher!

Da Sucursal

Pela primeira vez na sua história, o PT organizou uma manifestação especialmente dirigida às mulheres. Foi em Belo Horizonte, dia 29 de setembro. A partir deste dia, calaram-se as vozes dos que duvidavam da importância do trabalho específico com as mulheres.

Falou a mulher. O PT ocupou a praça. E ganhou força a luta das mulheres em Minas Gerais.

São 16 horas. Balões de todas as cores começam a subir, levando cartazes que anunciam: "Vai falar a mulher! As crianças começam a se aglomerar. Querem estrelas, balões. O caminhão-palanque chega e começa a ser enfeitado.

17 horas e trinta minutos. A multidão já lotava o quarteirão fechado da Praça Sete. Flores são distribuídas. Mulheres, homens e crianças se comprimem no quarteirão, nas galerias dos prédios. Tudo "quase" muito bem organizado, não fosse ter furado exatamente o som. Começa a improvisação. As pessoas se espremem em silêncio para escutar o teatro sobre as eleições. E a comissão de mulheres do PT apresenta a manifestação: "E porque uma manifestação de mulheres? Porque assim como existe uma idéia difundida pela classe dominante de que os trabalhadores não sabem governar, existe uma idéia difundida de que as mulheres não sabem fazer política. De que lugar de mulher é dentro de casa. Ao longo da história nós, mulheres, sempre estivemos presentes. Poucas vezes, porém, apareceu nossa voz."

E todos lêem, em conjunto, a Carta à Mulher Brasileira: "Nós, mulheres, militantes do Partido dos Trabalhadores, oprimidas como a grande maioria do nosso povo, discriminadas na família, no trabalho, na sociedade pelo fato de sermos mulheres, denunciemos a opressão e a violência a que somos submetidas e afirmamos a nossa vontade de lutar. (...) Encontramos no PT o espaço para, junto com os outros setores oprimidos, lutarmos por nossos direitos. Não é por acaso que temos pela primeira vez na história de Minas, uma mulher candidata ao governo do Estado.

"Estamos conscientes de que a luta das mulheres, a nossa luta, é um passo na transformação de nossa sociedade injusta e elitista. Temos consciência ainda que, por sermos mais oprimidas e manipuladas, a nossa participação e a nossa organização são



fundamentais. Unidas transformaremos nosso cotidiano e construiremos uma NOVA mulher, um NOVO homem, e um NOVO mundo."

Aplausos, um clima de festa. Com a camiseta da manifestação e um sorriso bonito nos lábios, fala Bete Mendes, candidata a deputada federal pelo PT de São Paulo. Vai apresentando as outras mulheres candidatas que, uma a uma, vão dando seu recado. Helena Greco, candidata a vereador de Belo Horizonte, Maria da Conceição Alves, a Cãozinha, candidata a vereadora de Contagem; Joana D'Arc Guimarães, candidata a prefeita de Cataguazes. Por fim, Sandra Starling, candidata a governadora. Ao final, Sandra fez uma homenagem a algumas mulheres: sua mãe, presente naquele momento, à Comissão

de Mulheres do PT e a Elis Regina, companheira do Partido dos Trabalhadores. À voz de Elis, cantando Maria Maria — hoje quase um hino da luta das mulheres — uni-se a voz da multidão. Mas a emoção toma conta mesmo quando toca o Bêbado e a Equilibrada. Três mil pessoas dançando, cantando, algumas chorando, sorrindo...

Prá depois, ficou a certeza dentro e fora do partido, de que a luta das mulheres existe, é importante, não divide os oprimidos. Ao contrário, é indispensável na construção de uma sociedade realmente igualitária, onde a alegria seja privilégio de cada uma e de cada um. Ficou a certeza de que existe a consciência de luta entre as mulheres petistas e um espaço enorme na sociedade para um trabalho específico sobre a questão da mulher.



Os candidatos e o feminismo

Em São Paulo, dois debates promovidos pelos grupos feministas para conhecer a posição dos candidatos. Para o dia 18, segunda-feira, o S.O.S., o Grupo Sexualidade e Política e o C.I.M. convidaram todos os candidatos que estão tratando do feminismo e da luta das mulheres. Será às 20 hs, no sindicato dos jornalistas. No dia 22, sexta-feira, os Grupos Homossexuais, entre eles o Ação Lésbico-feminista e o Outra Coisa, convidaram os candidatos que estão falando do homossexualismo e/ou do feminismo para as 20 hs, na sede do Lésbico-feminista, à rua Aurora, 736, apartamento 10.

Por Sandra Mara

A Editora Vozes está lançando o livro *A queda para o Alto*, misto de poemas e relatos de Andersen Herzer, pseudônimo de Sandra Mara Herzer, Sandra Mara, 20 anos de idade, jogou-se de um viaduto sobre a Av. 23 de Maio, no último dia 9 de agosto. Ela passou boa parte de sua vida na FEBEM, unidade de Vila Maria. Homossexual assumida, conhecida pelo apelido de "Bigode", tornou-se conhecida entre as companheiras pela coragem com que enfrentava as injustiças e os castigos na FEBEM. Quando se suicidou, ela acabara de perder o emprego, por preconceito contra a sua aparência masculinizada.

Peemedebistas obtêm

A oposição não conseguiu

Apoiadas financeiramente pela máquina do PMDB, respaldadas em uma força organizativa maior, as forças que compõem a atual diretoria da UNE foram vitoriosas. Minoritária, sem chances de vencer, a oposição sentiu o peso de suas diferenças e se dividiu.

O 34º Congresso da UNE, realizado nos dias 1, 2 e 3 em Piracicaba, refletiu bastante a situação atual do movimento estudantil. Com a entidade desgastada, houve pouca discussão, dificuldade para tirar delegados e conseguir o quorum necessário. Esta situação favoreceu as correntes ligadas à diretoria (ver matéria ao lado).

Credenciaram-se 2364 delegados, um bom número, maior que o do congresso anterior, mas que refletiu mais uma maior expansão geográfica do que um grande comparecimento. Já de início, foi possível avaliar que as correntes reformistas, ligadas à diretoria da UNE, tinham quase 1300 delegados, e a oposição pouco mais de mil. Poucos eram os delegados sem posição definida. Assim, o resultado já podia ser previsto de cara.

O controle do congresso pela diretoria da UNE foi reforçado pelo seu controle da mesa, e pela sua condução, dificultando o acesso ao microfone para os delegados da oposição e facilitando sobretudo para membros da tendência "Viração".

A primeira discussão feita no congresso foi sobre a situação de muitos dos delegados, cuja legitimidade era questionada. A diretoria da UNE encaminhou que o congresso — inclusive com os delegados questionados — votasse que todos estavam em ordem.

Em seguida, houve discussões sobre onde deviam se sentar os delegados (as correntes majoritárias querendo obrigar a que todos se sentassem por estados de origem), e uma tentativa clara por parte da tendência "Viração" de jogar fisicamente seus delegados contra os da oposição. Tudo isto, e mais as "torcidas" organizadas com bumbos e coisas ao estilo deu o tom das discussões políticas.

Não houve surpresa

Nas principais discussões do congresso, não houve surpresas. No ponto de "situação nacional", as correntes reformistas se



Só a estruturação do PT poderá contrabalançar o forte aparelho à disposição dos reformistas

dividiram em torno de duas propostas quase iguais de "voto contra o PDS para derrotar a ditadura". De um lado, ficaram os estudantes da tendência "Viração" (ligados ao jornal *Tribuna Operária*) e os do "Hora do Povo", de outro, os ligados aos jornais "Voz da Unidade" e "Gazeta Democrática". Com isto, quase a oposição ganha com uma formulação que expressava a importância das eleições de novembro, mas ressaltava seu caráter limitado, viciado, pouco democrático, e que recomendava o voto nos candidatos comprometidos com as lutas do movimento operário e popular. Esta posição só não ganhou (teve quase 900 votos) porque o grupo "Alicerce"

(Convergência Socialista) apresentou uma proposta separada, defendendo o voto no PT. O Alicerce teve pouco mais de 80 votos, a proposta de "Viração" e HP pouco mais de 900, e a da "Voz da Unidade" e "Gazeta Democrática" 230.

Nas lutas educacionais, a proposta unificada pelos setores ligados à diretoria da UNE, vencedora, recomendava a negociação dos aumentos das anuidades por escola, e subsídios para as escolas pagas. A oposição, que também se unificou, (embora inicialmente divergisse sobre a conveniência ou não de reivindicar subsídios para as escolas pagas),

defendeu a luta por "nenhum aumento" nas anuidades e a ferialização das escolas pagas.

O ponto de discussão internacional foi suprimido (aliás, nesta questão havia maiores divergências entre as correntes que compõem a diretoria da UNE).

A chapa vencedora, presidida pela baiana Clara Araújo (da tendência "Viração", tal como os dois presidentes anteriores), reuniu as mesmas correntes que já participavam da diretoria (exceto os estudantes ligados ao antigo jornal "Companheiro"). Os problemas que havia quanto à divisão dos cargos foram resolvidos em um conchavo, enquanto os delegados que apoiam a diretoria da UNE faziam festa.

A divisão da oposição

E a oposição se dividiu (ver matéria ao lado).

Os delegados ligados às correntes Caminhando, Companheiro e Travessia se retiraram da convenção da oposição, lançando uma chapa própria, que teve como presidente o gaúcho Aldo Fornazieri, presidente da UEE-RS. Os demais (delegados ligados às correntes petistas como Centelha, Peleia, Liberdade e Luta, Alicerce, Correnteza e estudantes não ligados às correntes, em geral petistas) lançaram a chapa do bloco da oposição, presidida pelo mineiro Sérgio da Luz, presidente da UEE-MG, e ligado à corrente majoritária dentro da oposição, Centelha-Peleia.

A votação foi feita apenas por braços levantados, sem contagem de votos. É possível estimar que a situação teve pouco menos de 60% dos votos, a chapa do bloco da oposição pouco mais de 30%, e a chapa Caminhando-Companheiro-Travessia pouco mais de 10%.

Um fato ocorrido extra-congresso foi a prisão do diretor da "Hora do Povo", Cláudio Campos, que motivou um ato de protesto e solidariedade ao jornalista, feito ainda durante o congresso.

Porque os reformistas foram maioria

Todo o desenrolar do movimento estudantil deste ano nos indica que as correntes que estavam na diretoria da UNE são minoritárias hoje no movimento. O peso dos aparelhos, no entanto, alterou esta correlação de forças.

Todo o desenrolar do movimento estudantil deste ano nos diz que as correntes que estavam na diretoria da UNE são hoje minoritárias no movimento. E, na verdade, o congresso realizado confirma esta avaliação, apesar da vitória das correntes reformistas.

O primeiro passo para entendermos o que se passou é vermos que as derrotas que os estudantes vêm sofrendo, muito favorecidos pela política da diretoria da UNE, enfraqueceram muito o movimento. E a péssima (e muito burocrática) condução da diretoria da UNE desgastaram tremendamente não apenas as correntes que as compõem, mas a própria entidade nacional dos estudantes. Desta forma, a tirada de delegados para o congresso foi muito difícil. Muitos estudantes não compreendiam a importância de ir ao congresso. Em inúmeras escolas não houve quorum para a eleição de delegados.

Maioria artificial

As correntes reformistas puderam ser maioria no Congresso (sobretudo a tendência

Viração, que se organiza em torno ao jornal *Tribuna Operária*, e a tendência do jornal *Voz da Unidade*) porque mantêm uma forte estruturação nacional, e foram capazes de organizar a tirada de delegados por todo o interior do país, em lugares onde até agora o movimento estudantil chegou menos, é menos polarizado, mas também menos desgastado. Além disso, contaram com significativo apoio material e financeiro do PMDB, com o que tiveram facilidades para levar ao congresso todos os delegados que conseguiram tirar, inclusive de avião, dos estados mais distantes.

A força destas correntes no congresso não refletiu sua implantação e influência junto aos estudantes, mas sobretudo a força da sua estruturação, da sua organização.

Por outro lado, as correntes de oposição à diretoria da UNE, e os estudantes combativos independentes, não contavam com nenhuma articulação nacional comparável à da Viração ou Voz da Unidade. O PT, partido no qual militam ou com o qual se identificam a

maioria dos estudantes da oposição, ainda não tem uma intervenção no movimento estudantil.

Assim, a oposição não conseguiu se unificar e intervir como um bloco antes do congresso. Mais forte nas grandes universidades, onde o movimento estudantil está mais desgastado, teve muitas dificuldades para tirar delegados, com muitos problemas de quorum (enquanto as correntes reformistas foram muito mais "flexíveis" na interpretação dos critérios para a tirada dos delegados). Pior ainda, grande parte dos delegados tirados pela oposição, principalmente no nordeste, não foram ao congresso por problemas financeiros.

Desta forma, a minoria no movimento estudantil se transformou em maioria no congresso. Fundamentalmente, foi uma vitória da capacidade de organização e da estruturação nacional, não da influência junto aos estudantes, e onde o desgaste atual do movimento estudantil terminou favorecendo seus principais responsáveis.



Javier e Clara: a força do aparelho

durante o último ano, as correntes reformistas que compõem a diretoria da UNE vieram perdendo espaço no movimento. Chapas articuladas por elas perderam eleições para vários DCEs importantes, que antes dirigiam, como os das universidades federais do Rio de Janeiro, da Bahia, do Ceará, do Paraná, da Paraíba, de Goiás, do Rio Grande do Norte, de Juiz de Fora, e as PUCs de São Paulo e do Rio Grande do Sul. Poucos foram os casos em que as correntes reformistas ganharam a eleição de alguma entidade geral que antes estava com as correntes da oposição, como na Católica de Minas Gerais. No último CONEB (Conselho Nacional de Entidades de Base), realizado em julho, as correntes reformistas foram minoritárias, embora por pequena margem. Certamente são minoritárias a nível do CONEG (Conselho Nacional de Entidades Gerais).

maioria no Congresso

chegar à direção da UNE

As razões da divisão da oposição

A divisão não se deu por diferenças políticas fundamentais mas pelo peso de particularismos e diferenças menores em um contexto em que, mesmo unidos, os estudantes de oposição não seriam maioria.



A oposição sofreu uma derrota com a divisão

Para os estudantes combativos, a divisão da oposição à diretoria da UNE no congresso foi um resultado ainda pior do que a vitória das correntes reformistas. Tornou um pouco mais difícil a tarefa de reverter a situação no movimento, abrindo caminho para que os estudantes obtenham vitórias nas suas lutas. Analisar as razões desta divisão é fundamental.

Uma primeira coisa a dizer é que a divisão não se deu por diferenças políticas fundamentais, pela impossibilidade de unificar um programa para uma chapa da oposição. Todos os setores da oposição compartilham a recusa à política de conciliação com setores da burguesia, do Ministério da Educação, dos padrões do ensino praticada pela diretoria da UNE. Todos defendem que o movimento estudantil se alinhe com os trabalhadores, como aliás consta da Carta de Princípios da UNE aprovada no congresso de 1979. Todos defendem uma forma democrática de gestão das entidades. Ou pelo menos quase todos.

Por isso mesmo, nas principais resoluções debatidas no congresso, a maior parte da oposição se manteve unida (como na resolução sobre situação nacional, onde apenas a setária tendência Alicerce, vinculada à Convergência Socialista, apresentou uma proposta separada) ou se dividiu em questões mais secundárias, como a defesa ou recusa de subsídios para as escolas pagas, como parte da luta pela sua federalização e pelo ensino público e gratuito. Era claramente possível apresentar um programa unificado, que daria um rumo bastante claro para as lutas dos estudantes.

Uma primeira explicação para a divisão é que ela não se tinha unificado antes do congresso, ficando a tarefa de realizar a unidade para o próprio congresso. Isto se explica pela ausência de uma política do PT (ao qual pertencem a maioria dos estudantes e correntes da oposição) para o movimento estudantil, e se explica também por uma certa confusão de uma corrente como Caminhando, que não tinha clara a necessidade de unificar a oposição, e alimentava expectativas ilusórias sobre uma divisão no bloco reformista. Na verdade, únicas correntes que trabalharam nos últimos meses, sem nenhuma ambiguidade, para unificar o bloco da oposição, foram Centelha e Peleia, estudantes identificados com o jornal EM TEMPO.

Uma segunda razão para a divisão foi a certeza de que, mesmo unidos, os estudantes de oposição não seriam maioria. Isto, evidentemente, diminuía a responsabilidade por uma divisão.

O peso dos particularismos

Neste contexto, ganharam um peso decisivo os particularismos e diferenças menores das diversas correntes. O Alicerce, grupo mais setário, claramente assumiu uma posição de "somos os únicos revolucionários", e sempre que pôde ressaltou suas diferenças. Liberdade e Luta, que era no congresso a segunda força entre as correntes de oposição, se preocupou mais em "aparecer" muito para tentar ficar com a presidência da chapa de oposição. Isto fez com que algumas correntes temessem que de fato a tônica da oposição fosse dada por

essa corrente, e procurassem se diferenciar mais.

Foi a tendência Caminhando quem assumiu a responsabilidade direta pela divisão. Para isto pesou sua preocupação de ficar mais próxima dos estudantes vinculados ao antigo jornal *Companheiro*, que estavam na diretoria da UNE e recentemente passaram para a oposição (desde o CONEB de julho), como pesou sua preocupação de se diferenciar de Liberdade e Luta e afirmar uma perspectiva própria. A exigência da presidência da chapa (descabida diante da influência no movimento e da participação no congresso), feita pela "Caminhando" e apoiada pelos estudantes do "Companheiro", teve algum peso na divisão, embora seja um fator secundário.

Estes fatores pesaram mais do que o desejo de unidade para a "Caminhando" pela situação do congresso, onde ela própria estava muito enfraquecida (apesar de ser a segunda força da oposição, "Caminhando" no Congresso era a terceira, tendo bem menos delegados do que Liberdade e Luta. Antes do congresso, tinha participado de uma chapa do bloco da oposição para a UEE de São Paulo e lançado uma chapa reunindo alguns setores da diretoria da UNE e outros da oposição para a UEE do Rio de Janeiro (EM TEMPO Nº149. Não tinha, portanto, uma política clara.

Finalmente, as correntes de maior peso e que mais trabalharam pela unidade, como Centelha e Peleia, não conseguiram ter no congresso uma atuação forte o suficiente para polarizar toda a oposição e dificultar a divisão (o que ocorreu no congresso anterior, em Cabo Frio).

Congresso dos professores /SP Golpe na democracia

Por Lucy Ayala

Enquanto boa parcela da população paulista relaxava nos feriados dos dias 11 e 12 de outubro, realizou-se o III Congresso Estadual Anual da APEOESP. Refletindo a desmobilização do professorado — que preferiu o descanso do que a discussão política — fruto da derrota da última greve e da falta de propostas alternativas a nível da entidade, o congresso contou com apenas 170 delegados inscritos. Eles discutiram e elaboraram as linhas da campanha salarial do próximo período, redefinições na estrutura da entidade e a posição da APEOESP diante dos impasses do movimento sindical.

A posição central definida no Congresso é

que esse ano, os professores vão, efetivamente, unificar sua campanha salarial com os demais setores do funcionalismo. Aprovado um elenco de reivindicações específicas do professorado, o índice de reajuste e as especificações do reajuste semestral ficaram para ser definidas pelo Congresso do Funcionalismo. Este Congresso, que se realizará em março, terá como ponto central a organização da campanha salarial unificada e a organização da luta dos servidores. A APEOESP compromete-se em trabalhar para sua convocação e organização.

A grande capitulação

O debate mais acirrado do Congresso ficou

em torno da avaliação da conjuntura sindical e a posição da APEOESP frente aos impasses vividos pelo movimento. A diretoria da APEOESP, apoiada nos militantes do jornal *Tribuna Operária*, defenderam e aprovaram, por maioria de plenário, o reconhecimento da auto-proclamada Comissão Nacional Pró-CUT, fato embutido na proposta de que o Enclat de S. Paulo eleja os oito membros que deverão compor, junto com as confederações e federações nacionais, o órgão que se propõe a ser a instância unitária do movimento. Usando de informações não comprovadas, o presidente da entidade negou legitimidade ao documento asiando por todos os sindicalistas

As tarefas dos estudantes petistas

Com o congresso, a situação do movimento estudantil não muda nada. Ele continua despreparado para enfrentar os desafios que tem pela frente, como a mais que provável investida do Ministério da Educação em 1983.

Os estudantes combativos continuarão, portanto, a ter que trabalhar para inverter esta situação. E isto continua a passar por unificar as correntes e estudantes de oposição à diretoria da UNE, com uma plataforma clara de luta. Só assim poderemos mobilizar os inúmeros ativistas estudantis que hoje estão céticos com relação ao movimento nacional.

Podemos dizer que este caminho ficou mais claro. Em primeiro lugar, salta aos olhos a necessidade de construir a corrente estudantil do PT, definindo um programa do partido para a universidade e formando núcleos de estudantes petistas, capazes de atuar em conjunto, como um partido de combate. Muitos estudantes já tentaram formar esta corrente, unificar os estudantes petistas, muitas vezes.

A responsabilidade por não terem conseguido cabe em parte à direção do PT, que sempre ficou distante, e em parte a algumas das tendências petistas, que se opunham a esta política. Podemos confiar em que a direção do partido se mostrará mais sensível, e contar com o fato de que as tendências petistas contrárias à unificação têm perdido força. Naturalmente, muito dependerá da atuação dos estudantes petistas que compreendem com mais clareza a necessidade de uma intervenção unida do partido, da sua capacidade em sensibilizar as direções do PT nos vários níveis, até o nacional.

Só a estruturação do PT poderá contrabalançar o forte aparelho à disposição dos reformistas (que tenderá imediatamente a crescer com a provável eleição de governos peemedebistas).

Mas a oposição à diretoria da UNE, os estudantes combativos, continua a ser mais ampla do que os estudantes que militam no PT ou se identificam com ele. Continua a ser necessário unificar estes setores.

Um lugar particular é ocupado pela tendência "Caminhando", que tem militantes seus no PT e no PMDB (II). Ela é a maior tendência não petista da oposição, e a segunda entre as correntes de oposição. Tem posições combativas. É essencial garantir que a "Caminhando" se defina claramente pela constituição de um bloco da oposição, que abandone suas expectativas de que alguma das correntes reformistas venha a se desprender proximoamente do bloco da diretoria da UNE.

que se recusaram aceitar os golpes da ex-pró-CUT nacional e convocaram um encontro massivo para início de dezembro com objetivo de rearticular a convocação unitária do Conclat para o próximo ano.

Coerente com a posição de compactuar com o golpe à democracia dos trabalhadores encetados pela maioria da pró-CUT, a diretoria da APEOESP e apoiadores da *Tribuna Operária*, impediram que a posição minoritária do Congresso, 30% dos delegados, tivesse representação proporcional na chapa que representará a categoria no Enclat.

Em novembro próximo, **EM TEMPO** estará completando cinco anos de atividades. Cinco anos de vida, para um jornal da imprensa alternativa, tem um valor especial. Os que acompanharam o surgimento e o fim precoce de uma profusão de jornais alternativos mais ou menos comprometidos com a luta dos trabalhadores, representando diferentes projetos políticos sabem disso.

EM TEMPO sofreu principalmente nos seus três primeiros anos de existência ataques permanentes da ditadura. O jornal foi duramente atingido por terroristas ligados ao aparelho de repressão do regime em 1978, 79 e 80. Jornais foram apreendidos e ameaças legais ou extra-legais pesaram sobre vários de seus membros.

Fazer **EM TEMPO** durante todo este tempo foi também uma luta permanente contra as dificuldades econômicas, um inimigo mais sutil mas de efeitos até mais devastadores. As marcas dessa luta estão também refletidas no jornal principalmente nas várias adaptações editoriais que teve de passar.

Uma conclusão é certa: o jornal não teria sobrevivido a tudo isso se não houvesse sido capaz de cumprir um papel positivo em relação às lutas do movimento operário-popular.

Muita água rolou desde que o jornal foi criado: as condições de luta contra a ditadura se alteraram com os ganhos conseguidos na luta pela anistia, com o aprofundamento da crise do regime; a

Um jornal marxista revolucionário

nível internacional desencadeou-se e aprofundou-se o processo revolucionário na América Central, a revolução pelo poder dos trabalhadores e contra o regime burocratizado na Polônia, agudizou-se a crise do capitalismo; e, principalmente, o movimento operário brasileiro conheceu em 1978 e 1979 um dos maiores ciclos grevistas de sua história, a partir do qual seria criado o Partido dos Trabalhadores.

O grande mérito do **EM TEMPO** foi ter sabido se posicionar corretamente durante estes eventos e, a partir daí, se relacionar política e jornalisticamente com eles. O engajamento na luta pela anistia foi também uma forma de encabeçar uma postura permanente de desmascaramento do projeto de distensão dividindo águas com os liberais na oposição à ditadura.

Se o apoio às revoluções anti-imperialistas em curso foi uma maneira de desenvolver o sentido internacionalista da luta operária, o apoio ao movimento Solidarietà na Polônia serviu paralelamente à defesa de uma concepção de socialismo contrária aos dogmas do stalinismo (partido único, os sindicatos

como correias de transmissão etc).

O acompanhamento da luta operária nas primeiras greves foi seguido da defesa de um engajamento profundo na construção da independência política dos trabalhadores através do PT. E isso foi, sem dúvida, o mais importante em um momento em que a maioria das forças da esquerda combatia, negava ou simplesmente negligenciava este fato de repercussões duradouras.

Em defesa do marxismo revolucionário

Há, inclusive dentro do PT, os que dizem que o marxismo está em crise e que é preciso reinventar tudo. Contudo, momento a momento, o marxismo demonstra a sua superioridade como doutrina revolucionária do proletariado e método de análise e orientação na luta pela destruição do capitalismo e pela construção do socialismo. As experiências do movimento operário internacional acumuladas em mais de um século de lutas têm sua atualidade reafirmada.

Se quisermos resumir a história do **EM TEMPO** em uma frase, podemos dizer

que nosso esforço foi o de defender, desenvolver e divulgar as tradições mais caras do marxismo revolucionário, contribuindo para a sua assimilação pelas vanguardas emergentes do movimento operário e popular. São, por exemplo, princípios da tradição marxista a defesa da independência de classe do proletariado, a luta pela unificação dos trabalhadores (opondo a correta tática de frente única entre os trabalhadores às concepções de frentes "populares", que envolvem alianças duradouras com setores da burguesia), a afirmação de que o Estado capitalista é um mecanismo de opressão que não pode ser mudado "de dentro", o internacionalismo, a afirmação de que o socialismo é o exercício da democracia direta pelos trabalhadores.

Se o que deu coerência à história do jornal é o esforço para fundir o marxismo revolucionário com a vanguarda do movimento operário-popular, este é também o compromisso que marca o seu futuro. Isto tem, é claro, uma consequência imediata: a de continuarmos a lutar para construir o PT como partido operário que possa vir a ser um partido revolucionário, capaz de dirigir a luta pela derrubada da ditadura e pela construção do socialismo. Também procuraremos contribuir para a unificação de todas as forças revolucionárias em uma Internacional que seja capaz de dirigir as massas de todo o planeta na construção mundial do socialismo.

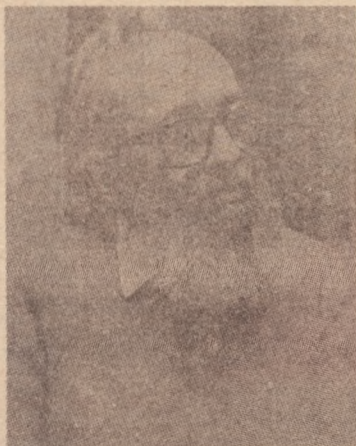
5 anos de EM TEMPO:



Florestan Fernandes

Florestan é socialista e um dos maiores expoentes da intelectualidade brasileira.

O **EM TEMPO** cumpre um papel de grande importância porque é uma das poucas vias de expressão política no país onde existe uma conjunção entre movimento operário e idéias socialistas. Papel que fica ressaltado pelo fato de que esta ideologia socialista tem ainda uma presença muito débil no movimento operário brasileiro.



Paulo Freire

Paulo Freire é autor de "Pedagogia do Oprimido" e educador de renome internacional.

O **EM TEMPO** é um jornal que nestes cinco anos tem dado exemplos fartos de luta e de coragem. Nestes cinco anos do jornal, eu quero afirmar que estou totalmente de acordo com a luta de vocês, confio muito na luta que vocês estão travando.



Luís Inácio da Silva

Lula é presidente do PT.

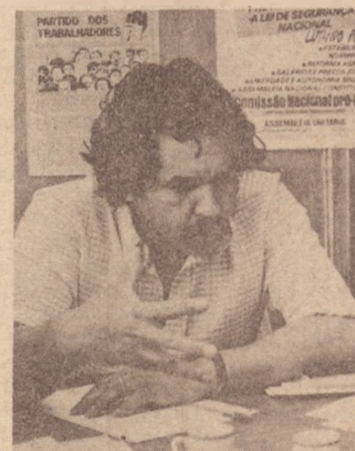
No 5º aniversário do **EM TEMPO**, fica demonstrado uma coisa muito importante para a imprensa alternativa: que quando ela é feita com seriedade e respeitando a opinião dos outros, ela resiste ao tempo e à opressão. E o jornal **EM TEMPO** é a demonstração mais clara de como um jornal alternativo pode ser feito com bastante seriedade. Por isso, eu espero poder comemorar junto com vocês, quem sabe, daqui a cinco anos os dez anos de existência do jornal **EM TEMPO**



Jacó Bittar

Jacó é presidente do Sindicato dos Petroleiros de Campinas e candidato ao Senado pelo PT paulista.

Em momentos em que os trabalhadores encontravam a imprensa totalmente fechada a eles, o **EM TEMPO**, colocando-se ao lado da maioria dos explorados, era o jornal que noticiava nossas lutas. Era através dele que tínhamos informação do que estava acontecendo no campo do movimento operário-popular. Graças a esta contribuição, entre outras, é que hoje já existe um espaço relativo ocupado pelos trabalhadores. Mas o papel do **EM TEMPO** continua sendo de grande importância, pois a luta dos trabalhadores ainda não terminou e neste processo até a vitória, ele pode e seguramente dará grandes contribuições.



Olívio Dutra

Olívio é vice-presidente do PT e candidato do partido ao governo gaúcho.

Nestes cinco anos de existência, o **EM TEMPO** soube ser um representante vigoroso da imprensa independente. Ele tem firmado nestes cinco anos de vida um princípio caro ao movimento popular: só a efetiva e permanente participação popular, por liberdade de organização e de informação, garante a vitória de uma sociedade sem explorados e sem exploradores. O **EM TEMPO**, junto com outros órgãos da imprensa alternativa, é ferramenta que não mais pertence ao seu corpo editorial mas é patrimônio da luta e experiência que o povo brasileiro vem acumulando.